

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

CURSO DE PEDAGOGIA – LICENCIATURA

SUZETI SILVA DORNELLES SCHRÖDER

**OBRIGATORIEDADE DA PRÉ ESCOLA: ANÁLISE EM RELAÇÃO A
INSERÇÃO DE TURMAS DE PRÉ-ESCOLA NO CONTEXTO DO ESPAÇO
DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL.**

PORTO ALEGRE

2018

SUZETI SILVA DORNELLES SCHRÖDER

**OBRIGATORIEDADE DA PRÉ ESCOLA: ANÁLISE EM RELAÇÃO A
INSERÇÃO DE TURMAS DE PRÉ-ESCOLA NO CONTEXTO DO ESPAÇO
DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL.**

Trabalho de conclusão apresentado à comissão de Graduação do curso de Pedagogia - Licenciatura da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Simone Santos de Albuquerque.

Porto Alegre

2018

SUZETI SILVA DORNELLES SCHRÖDER

**OBRIGATORIEDADE DA PRÉ ESCOLA: ANÁLISE EM RELAÇÃO A
INSERÇÃO DE TURMAS DE PRÉ-ESCOLA NO CONTEXTO DO ESPAÇO
DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL.**

Trabalho de conclusão apresentado à comissão de Graduação do curso de Pedagogia – Licenciatura da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Aprovada em

Profa. Dra. Simone Santos de Albuquerque – Orientadora

Profa. Dra. Jane Felipe de Souza – Avaliadora

Profa. Dra. Maria Luiza Rodrigues Flores – Avaliadora

*A educação é a arma mais poderosa
que você pode usar para mudar o
mundo.*

Nelson Mandela

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus pela oportunidade de viver este grande momento na minha vida que foi a graduação.

Aos meus pais, por todo apoio e incentivo desde a escolha em trilhar este caminho árduo da educação. Meus Pais amados essa vitória é nossa, devo tudo que sou hoje a vocês.

À minha irmã pelos afetos de cada dia e a motivação para que eu concluísse este trabalho.

Aos meus queridos avós, graças a vocês tive a melhor infância do mundo na qual podia sonhar desde sempre em ser professora, que vocês possam protagonizar este sonho tornando realidade, compartilhando comigo as alegrias desta conquista.

Ao meu esposo por estar ao meu lado em todos os desafios com palavras de força, determinação, carinho e amor nesta caminhada docente.

Aos meus tios, tias e primos por se orgulharem das minhas vitórias.

Aos meus amigos que tornaram este momento da minha vida mais leve com boas risadas, cumplicidade e palavras de carinho.

Às professoras que contribuíram para esta pesquisa participando das entrevistas.

À todos os professores da UFRGS que tive o privilégio de conhecer e conviver ao longo da graduação contribuindo para a minha formação.

À minha orientadora, Profa. Simone, por todo seu carinho ao longo deste ano, durante o estágio e na realização desta pesquisa. Por acreditar no potencial dos seus alunos promovendo o conhecimento, as descobertas e encantamentos da educação.

Às professoras Jane Felipe e Maria Luiza Flores, que aceitaram fazer parte da banca de avaliação deste trabalho de conclusão de curso (TCC).

Agradeço, enfim, a todas as pessoas que fizeram parte dessa etapa especial na minha vida.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo pesquisar sobre a obrigatoriedade da Pré-escola a partir da análise da inserção de turmas de pré-escola no contexto do espaço de uma instituição de ensino fundamental. A metodologia utilizada foi de abordagem qualitativa através de um estudo de caso que visa conhecer a realidade de uma escola que atende turmas de pré-escola e ensino fundamental. Como estratégia metodológica optou-se, inicialmente, pela pesquisa bibliográfica na busca de fontes sobre a temática em teses, artigos, pesquisas, revistas e livros, em sites de bibliotecas, portal da Capes e da Scielo. Também foram realizadas entrevistas semiestruturadas com quatro professoras que atuam em turmas de pré-escola e com uma pessoa que atua na área da gestão escolar, explicitando a visão da gestão sobre a inserção de turmas de pré-escola na instituição. O estudo de alguns documentos legais como Lei Diretrizes e Bases da Educação, Diretrizes Curriculares Nacionais Educação Infantil, Constituição Federal, entre outros, bem como de pesquisas realizadas por especialistas da área da educação infantil como Barbosa e Campos, foram referenciais que subsidiaram a análise da pesquisa. O estudo buscou também conhecer a trajetória das professoras que atuam com essa faixa etária e suas concepções acerca da obrigatoriedade da pré-escola e os desafios encontrados no contexto vivenciado por elas numa escola de ensino fundamental. Com os dados obtidos foram realizadas análises articuladas com os referenciais teóricos do campo da Educação Infantil sobre a temática da obrigatoriedade e especificidades desta etapa de ensino. Nesta perspectiva, o estudo aponta os desafios encontrados para promover uma educação de qualidade para as crianças da educação infantil. Concluiu-se que as especificidades da educação infantil precisam ser asseguradas em diferentes espaços, destaca-se a ideia de escolarização que as professoras e famílias possuem, articulada à concepção de alfabetização, e de preparação para o ensino fundamental. Por fim, o estudo apresenta como o espaço da escola que acolhe crianças de diferentes faixas etárias da educação básica precisa oferecer potencialidades para acolher com qualidade as especificidades garantindo os direitos das crianças.

Palavras-chaves: obrigatoriedade. pré-escola. educação infantil.

ABSTRACT

This work aims to research on the compulsory Preschool from the analysis of the insertion of pre-school classes in the context of the space of an elementary school. The methodology used was a qualitative approach through a case study that aims to know the reality of a school that attends classes of preschool and elementary school. As a methodological strategy, we initially opted for bibliographical research in the search of sources on the subject in theses, articles, researches, magazines and books, on library sites, Capes and Scielo portals. Semi-structured interviews were also carried out with four teachers who work in pre-school classes and with a person who works in the area of school management, explaining the management's view on the insertion of pre-school classes in the institution. The study of some legal documents such as the Laws and Bases of Education, National Curricular Guidelines for Early Childhood Education, Federal Constitution, among others, as well as research carried out by children's education specialists such as Barbosa and Campos, were references that supported the analysis of search. The study also sought to know the trajectory of the teachers who work with this age group and their conceptions about the compulsory preschool and the challenges found in the context experienced by them in a primary school. With the obtained data, we performed analyzes articulated with the theoretical references of the field of Infantile Education on the subject of the obligatoriness and specificities of this stage of education. From this perspective, the study points out the challenges encountered in promoting quality education for children in early childhood education. It was concluded that the specifics of children's education need to be ensured in different spaces, the idea of schooling that the teachers and families have, articulated to the conception of literacy, and of preparation for elementary education. Finally, the study shows how the school space that welcomes children from different age groups of basic education needs to offer the potential to receive quality specificities guaranteeing the rights of children.

Key-words: obligatoriness. pre school. child education.

SUMÁRIO

1. INICIANDO: AS DESCOBERTAS SOBRE O ESTUDO.....	9
2. PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	10
3. UMA TRAJETÓRIA DE ENSINO PÚBLICO: DESAFIO QUE MOBILIZA.....	14
3.1 Da legislação a implementação da obrigatoriedade.....	17
4. CONTEXTUALIZANDO A PESQUISA.....	19
4.1 Estudando a prática.....	25
5. ANÁLISES DOS OBJETOS DE ESTUDO.....	30
5.1 ESPECIFICIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	31
5.2 CRIANÇA, ESCOLARIZAÇÃO, RUPTURA E CONTINUIDADE.	35
5.3 INFRAESTRUTURA: construção do espaço com bem-estar e segurança.....	41
5.4 Alfabetização? Letramento? Qual é o compromisso da Educação Infantil?.....	46
5.5 Gestão e seus desafios: QUAL O LUGAR DA CRIANÇA PEQUENA NA ESCOLA?.....	49
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: obrigatoriedade como um direito de qualidade para as crianças e famílias.....	51
REFERÊNCIAS.....	54

APÊNDICE A – Termo de consentimento para entrevista (Professoras)

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista (Professoras)

APÊNDICE C – Termo de consentimento para entrevista (Vice-diretora)

APÊNDICE D – Roteiro de entrevista (Vice-diretora)

1. INICIANDO: AS DESCOBERTAS SOBRE O ESTUDO

Este estudo de pesquisa trata-se de um trabalho de conclusão do curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que tem como objetivo analisar a inserção de turmas de pré-escola no contexto do espaço de uma instituição de ensino fundamental contextualizando uma das estratégias adotadas pelo município de Gravataí-RS a fim de promover a universalização da Educação Infantil através da efetivação da EC 59/09.

Optou-se por seguir uma abordagem qualitativa de pesquisa, com o estudo de documentos e de entrevistas realizadas com professoras de educação infantil da escola pesquisada e com um membro da equipe diretiva que esteve atuante em todo este processo de acolhimento desta etapa da educação básica por parte da escola.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental situada em Gravataí, região metropolitana de Porto Alegre, constitui o cenário da pesquisa no contexto atual do município de Gravataí/RS, tendo como foco do estudo atual analisar uma dessas estratégias adotadas para ampliação da educação infantil que é a utilização dos espaços das instituições de Ensino Fundamental.

O município ao longo dos anos tem criado estratégias para garantir essa efetivação do direito à educação previsto desde a Constituição Federal de 1988, assim como o cumprimento da lei 12.796, de 4 de abril de 2013, que revisou a Lei de Diretrizes e Bases, que trata da obrigatoriedade da pré-escola para as crianças de quatro e cinco anos de idade determinada desde a Emenda Constitucional 59 de 2009, evidenciando desafios e impactos para a educação no município.

O texto está organizado em seis capítulos. No primeiro o estudo é apresentado; no segundo os percursos metodológicos da pesquisa; no terceiro capítulo o tema de pesquisa é introduzido, sendo apresentada a justificativa a partir das minhas vivências e experiência como Professora; no quarto capítulo apresento a escola em que o estudo de caso foi realizado e as complexidades dos processos no âmbito educacional; no quinto capítulo apresento as análises dos dados obtidos nas entrevistas articuladas aos estudos no campo da

educação infantil. Por fim, o sexto capítulo apresenta as considerações finais sobre obrigatoriedade como um direito de qualidade para as crianças e famílias.

2. PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A pesquisa foi composta a partir dos resultados obtidos nas entrevistas realizadas com professoras de educação infantil e com um membro da equipe diretiva da escola apresentando a perspectiva da gestão sobre a temática do estudo. Também neste processo de estudo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica na busca de fontes sobre a temática em teses, artigos, pesquisas, revistas e livros, em sites de bibliotecas, portal da Capes e da Scielo, utilizando as seguintes palavras-chave: obrigatoriedade- pré-escola e educação infantil.

[...] o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. O objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações (DESLAURIERS, 1991, p. 58).

A temática deste estudo tem como objetivo principal a obrigatoriedade da Pré-escola a partir da análise da inserção de turmas de pré-escola no contexto do espaço de uma instituição de ensino fundamental. Com este estudo de caso podemos mapear os dados do município explorando os dados obtidos nas entrevistas e na bibliografia pesquisada. Para isso foi feita a escolha da abordagem qualitativa de pesquisa, que

[...] buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens (ENGEL; SILVEIRA; 2009, p. 32).

A escolha pelo estudo de caso justifica-se como método que [...] é usado em muitas situações, para contribuir ao nosso conhecimento dos fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais, políticos e relacionados (YIN, 2010 p. 24). Neste sentido, apresentar este método mostra [...] as funções explanatórias e não apenas as descritivas ou exploratórias dos estudos de caso únicos. (YIN, 2010 p. 27)

Nesta perspectiva como procedimento de coleta de dados: documentos da escola e entrevistas¹. André, fala sobre estes instrumentos da pesquisa qualitativa.

As entrevistas têm a finalidade de aprofundar as questões, os documentos são utilizados no sentido de contextualizar o fenômeno, explicitar suas vinculações mais profundas e completar as informações coletadas através de outras fontes (ANDRÉ, 1995, p.28).

Foram entrevistadas quatro professoras de educação infantil que atuam em turma de pré-escola em uma instituição escolar que atende ensino fundamental. Para um melhor entendimento do processo de pesquisa, foi muito importante reconhecer o papel de diferentes sujeitos que constituem o cotidiano da escola, sendo possível afirmar que durante as entrevistas “O pesquisador interage com os entrevistados e vivencia este processo em conjunto, de descoberta com ênfase no processo” (ANDRÉ, 1995, p.28)

Subjacente ao uso dessas técnicas etnográficas existe o princípio de interação constante entre o pesquisador e o objeto pesquisado, princípio esse que determina fortemente a segunda característica da pesquisa do tipo etnográfico, ou seja, que o pesquisador é o instrumento principal na coleta e na análise dos dados. Os dados são mediados pelo instrumento humano, o pesquisador (ANDRÉ, 1995, p.28).

Nesta perspectiva destacamos a importância de reconhecer as técnicas de pesquisa e construir um processo de respeito com os sujeitos pesquisados. As entrevistas foram previamente agendadas e realizadas em um ambiente reservado na escola, as respostas foram gravadas em áudio com o auxílio de um gravador, as entrevistadas mostraram-se atentas as questões da obrigatoriedade da pré-escola e sensíveis a este processo na prática.

Durante o processo de pesquisa as entrevistadas ²puderam expor suas convicções pedagógicas, desafios encontrados naquele contexto de atuação e como desenvolvem o trabalho com as crianças pequenas sem deixar de lado as especificidades desta etapa de ensino. Como ressalta André (1995, p. 45) [...] as entrevistas aprofundadas são, assim os meios mais eficazes para que o

¹ Na sessão dos anexos do trabalho encontra-se o roteiro das entrevistas.

² A professoras e a equipe da escola estavam de acordo quanto as entrevistas realizadas, através do Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) o mesmo se encontra assinado na sessão anexos.

pesquisador se aproxime dos sistemas de representação, classificação e organização do universo estudado.

As professoras que participaram da pesquisa atuam com turmas de pré-escola, duas delas com turma de Pré I, e duas com Pré II, cada turma possui em média 20 crianças na idade de 4 a 5 anos. Estão atuando na escola desde 2016, 2017, pois, entraram em decorrência de um concurso municipal realizado no ano de 2015 pelo município para educação infantil.

A vice-diretora mostrou na perspectiva da gestão como aconteceu este acolhimento das turmas de educação infantil na escola, como ampliou-se a oferta de vagas decorrente da demanda da Secretaria Municipal de Educação, a comunidade escolar em relação a isto e os desdobramentos da gestão para garantir a qualidade deste atendimento. A equipe diretiva é eleita através de eleição com mandatos de dois anos, a vice-diretora está há 19 anos atuando nesta escola, conhece a realidade da comunidade escolar e as demandas que a gestão escolar possui. Sendo assim, “o que esse tipo de pesquisa visa é a descoberta de novos conceitos, novas relações, novas formas de entendimento da realidade” (ANDRÉ, 1995, p.30).

Estas entrevistas serviram para significar este ambiente que é a escola, buscando compreender as relações entre as crianças, professores famílias e gestores, ultrapassando os conceitos sobre educação infantil e políticas educacionais,

Nesse sentido, a pesquisa não pode limitar à descrição de situações, ambientes, pessoas, ou à reprodução de suas falas e seus depoimentos. Deve ir muito além e tentar reconstruir as ações e interações dos atores sociais segundo seus pontos de vista, suas categorias de pensamento, sua lógica. Na busca das significações do outro, o investigador deve, pois, ultrapassar seus métodos e valores, admitindo outras lógicas de entender, conceber e recriar o mundo. (ANDRÉ, 1995, p. 45)

Este estudo de caso apresentou alguns dados quantitativos em relação à oferta de educação infantil no município, mas foi através da abordagem qualitativa que buscou problematizar estes dados e o potencial do que eles nos dizem sobre o cenário atual da educação no nosso país e do contexto do município estudado.

Foram analisados em nível macro alguns dados sobre o cumprimento da meta 1a PNE sobre a universalização da pré-escola, contextualizando o estado do RS e um município da região metropolitana de Porto Alegre, através da ferramenta TC educa que monitora os municípios Brasileiros no cumprimento das metas do PNE. Este estudo tem em foco a meta 1ª Educação Infantil.³

Sobre isso Schramm (1971),

A essência de um estudo de caso, a tendência central entre todos os tipos de estudo de caso, é que ele tenta iluminar uma decisão ou um conjunto de decisões: por que elas são tomadas, como elas são implementadas e com que resultado. (Schramm, 1971, ênfase adicionada)

É possível destacar que este estudo é pontual, realizado num determinado, tempo e espaço, com sujeitos que estão vivenciando a história que é constituída pelo movimento e pela complexidade da dinâmica das relações sociais, políticas e económicas, assim, ainda conforme André,

Os dados são considerados sempre inacabados. O pesquisador não pretende comprovar teorias nem fazer “grandes” generalizações. O que busca, sim, é descrever a situação, compreendê-la, revelar os seus múltiplos significados. (ANDRÉ, 1995, p. 38)

Este estudo apresentou apenas uma experiência de um município, no qual uma escola de ensino fundamental que atendia inicialmente apenas alunos do 1º ao 9º ano do ensino fundamental, inicia o processo de atender crianças da educação infantil e atualmente possui cinco turmas de pré-escola de 4 a 5 anos. Ao longo desta pesquisa observamos o quanto esta estratégia está presente no município através do grande número de escolas que vivenciam esse contexto esta destacada neste estudo, lembrando que cada caso é específico e este estudo é pontual buscando problematizar este cenário unicamente.

³ Meta 1 PNE: Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em Creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PNE.

3. UMA TRAJETÓRIA DE ENSINO PÚBLICO: DESAFIO QUE MOBILIZA

A escolha pelo tema deste trabalho surgiu a partir das minhas experiências e descobertas como docente na Educação Infantil em instituições públicas no município de Gravataí, no qual nasci, cresci e moro desde então. A minha vida escolar foi desde as séries iniciais até a conclusão do Curso Normal em Nível Médio em escolas públicas. Quando a tão sonhada vaga no ensino superior foi conquistada, teve um sabor diferente, por acreditar que a educação pública de qualidade transforma a vida das pessoas, assim como ocorreu comigo, sendo a primeira da minha família a chegar na educação superior após percorrer uma trajetória na educação pública.

Minha trajetória na Educação Infantil inicia após a conclusão do Magistério ao final do ano de 2012, onde fui contratada como professora de Educação Infantil através de contrato que iniciava em fevereiro e encerrava-se em dezembro, em uma escola conveniada com a prefeitura na qual permaneci por três anos, neste período almejava alçar voos maiores. No ano de 2015 realizei um dos meus primeiros concursos na área da educação, sendo aprovada e convocada a assumir a vaga em abril de 2016 deixando então a vaga na escola de educação infantil conveniada com a prefeitura, na qual já trabalhava como docente em turmas de pré-escola.

O tema obrigatoriedade da pré-escola surgiu a partir das minhas experiências como docente na Educação Infantil atuando em turmas nessa faixa etária. No presente ano de 2018 fui remanejada para uma Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) para trabalhar com uma turma de pré-escola, já que a escola acolheu no ano de 2017 turmas de Educação infantil. Inicialmente, com três turmas de pré-escola manhã e tarde e, atualmente, ampliando a oferta devido a grande demanda, totalizando o atendimento para cinco turmas de pré-escola, sendo duas turmas pela manhã e três turmas à tarde contabilizando um total de 100 crianças atendidas diariamente pela escola na Educação Infantil com estas cinco turmas.

O tema de TCC foi escolhido a partir das minhas experiências como docente em um espaço que está constituindo-se como de educação infantil, mas

vinculado a uma infraestrutura de uma escola que atende séries iniciais do ensino fundamental e finais.

Durante o estágio obrigatório do curso de Pedagogia, realizado no primeiro semestre de 2018, na EMEF Bárbara Maix, com a turma de pré-escola que atuo como docente foi possível problematizar as questões vivenciadas no cotidiano escolar. As crianças da educação infantil são atendidas por quatro horas como as demais da escola, o espaço está sendo adaptado na medida do possível para acolher essa demanda das crianças pequenas que desde então a escola não atendia.

Apenas uma das salas possui banheiro próprio, as demais turmas utilizam um banheiro “improvisado” para os menores. Pretende-se reformar um banheiro maior que está sem uso para que as crianças tenham mais qualidade, conforto e segurança para realizar a sua higiene na escola. A pracinha foi recentemente reformada por compreendermos a importância que aquele espaço possui para a educação infantil, mas continuamos com o pouco espaço que temos para este brincar das crianças que é tão essencial para o seu desenvolvimento.

Algumas particularidades da educação infantil como etapa da educação básica ficam confusas dentro deste processo. Uma fala muito presente dentro do ambiente escolar e a pré-escola como “preparação”, “ensaio” para o ensino fundamental como se apenas isso resumisse tudo o que a educação infantil é e se constituiu ao longo da recente história da educação no nosso país. A fila como um “padrão que qualifica” a todos como sendo algo necessário e imprescindível para que as crianças saibam as regras daquele espaço e o que lhes aguarda no fundamental, estas foram algumas das problemáticas vivenciadas neste contexto de escolarização na EMEF.

Durante as aulas do seminário do estágio, discutíamos sobre todas as particularidades que a educação infantil abrange e se embasa, estudamos sobre as suas diretrizes e eixos estruturantes para que o seu objetivo seja alcançado com qualidade, garantindo o que é tido como premissa de direito, onde é possível afirmar que [...] o modo de realizar a formação de crianças pequenas em espaços públicos de educação coletiva significa repensar quais as concepções a defender em um estabelecimento educacional (BARBOSA, 2009, p.8). Pensar na inserção de crianças pequenas no espaço do ensino fundamental vai mais além do que adaptar espaço, mas sim em repensar essas “concepções”.

As crianças pequenas solicitam aos educadores uma pedagogia sustentada nas relações, nas interações e em práticas educativas intencionalmente voltadas para suas experiências cotidianas e seus processos de aprendizagem no espaço coletivo, diferente de uma intencionalidade pedagógica voltada para resultados individualizados nas diferentes áreas do conhecimento. (BARBOSA, 2009, p. 8)

É inegável que existam diferenças entre as etapas de educação infantil e de ensino fundamental. Esta intencionalidade pedagógica, da qual a autora nos fala, foca neste preparo como se a educação infantil precisasse dar conta do que virá a seguir, não se ocupando propriamente do que está posto no agora. O viver coletivamente na escola já é um grande desafio para as crianças e um conteúdo enorme para o professor que atua na educação infantil trabalhar em sala de aula, as experiências e processos são mais valiosos do que o resultado final.

A importância da obrigatoriedade está no acolhimento e inserção destas crianças que até então não tinham contato com o ambiente escolar, agora tem a oportunidade de vivenciar e aprender neste espaço chamado escola, até então desconhecido e estranho em um primeiro momento, mas que procura constantemente reinventar-se para acolher a todos em suas especificidades. [...] É através da conversa, da resolução de conflitos, do diálogo, da fantasia, das experiências compartilhadas que, esperamos, possamos tornar o mundo mais acolhedor (BARBOSA, 2009, p.13)

O tema obrigatoriedade da pré-escola é uma temática de relevância social visto sua atualidade e importância para a sociedade, neste sentido é preciso analisar as práticas com objetivo de potencializar a universalização da pré-escola. Esta pesquisa tem a intenção de contribuir para a área da Educação Infantil, para a rede de ensino e escola do município estudado.

Nesta perspectiva, destaca-se de que a problematização da qualidade no acesso à educação infantil se faz necessária observando o movimento das políticas sociais em relação a Educação Infantil. É preciso assegurar o direito à educação de qualidade com todas as especificidades das propostas educativas com a educação infantil mesmo na instituição de ensino fundamental.

3.1 Da legislação à implementação da obrigatoriedade

A obrigatoriedade da pré-escola que estamos tratando neste trabalho se constitui em termos de políticas públicas desde a EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 59, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009 que

Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI.

O texto deixa claro, Art. 6º o disposto no inciso I do art. 208 da Constituição Federal deverá ser implementado progressivamente, até 2016, nos termos do Plano Nacional de Educação, com apoio técnico e financeiro da União.

De acordo com a definição original da Constituição Federal de 1988 e da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) n.º 9.394/1996, a educação infantil no País constitui a primeira etapa da educação básica. Essa formulação trouxe várias mudanças significativas na organização da oferta de atendimento em creches e pré-escolas: a educação infantil faz parte do direito à educação desde o nascimento, embora não com o caráter de obrigatoriedade para as famílias; as creches, agora definidas de acordo com a faixa etária atendida (crianças entre 0 e 3 anos de idade), foram incluídas no setor educacional, transferidas de áreas como a assistência social e a saúde; os professores passaram a ter uma exigência de formação equivalente àquela dos seus colegas do primeiro segmento do ensino fundamental, ou seja, curso superior, admitindo o curso de magistério em nível médio durante um período de transição; aos municípios, cabe a principal responsabilidade no atendimento da demanda por educação infantil, sendo previsto o regime de colaboração entre os diversos níveis de governo. (CAMPOS, 2010, p. 9)

A revisão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) feita através da EC/2009 altera o art. 214 da Constituição Federal que passa a vigorar com a seguinte redação, acrescido do inciso VI:

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas.

O Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE) consiste no segundo instrumento de planejamento nacional de longo prazo em educação aprovado por lei no Brasil. A partir dos erros e acertos do plano anterior (2001 – 2010).

O PNE reúne as aspirações e as finalidades para a educação brasileira, expressa em 10 diretrizes, 20 metas e 254 estratégias. As diretrizes congregam objetivos gerais voltados à melhoria da educação, e as metas delimitam patamares educacionais concretos que devem ser alcançados no País. Já as estratégias consistem nos meios para o planejamento das políticas públicas, que visam ao alcance definitivo das metas e à consolidação das diretrizes. (Cartilha TC educa, 2017, p.8)

O PNE aponta essas diretrizes, metas e estratégias para educação a serem efetivadas em determinado período, trazendo em sua primeira meta sobre a universalização do atendimento escolar a população de quatro e cinco anos. O Plano atual foi apresentado em dezembro de 2011 e aprovado em 25 de junho de 2014 e ficará em vigor até 2024.

[...] universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de quatro e cinco anos, e ampliar a oferta de educação infantil de forma atender, no mínimo, aos seguintes percentuais da população de até três anos: trinta por cento até o quinto ano de vigência deste PNE e cinquenta por cento dessa população até o último ano. (BRASIL, 2010a).

Os municípios criaram estratégias para garantir essa efetivação do direito, o cumprimento da meta 1 do PNE e obrigatoriedade da pré-escola EC 59/09. Desde então a Educação Infantil vem ganhando um espaço que até o ano de 2016 era exclusivamente do Ensino Fundamental. Este movimento da criação de novas turmas de Educação Infantil em outros espaços que não as escolas que foram projetadas para esse público foi uma das estratégias adotadas pelo município de Gravataí para implementar efetivamente a EC 59/09.

Este movimento teve grande impacto para essas escolas que acolheram essas crianças pequenas em seus espaços. Muito além de adaptar seus projetos e espaços, é possível observar a mudança nas concepções sobre esse público e suas necessidades assegurando o direito e as especificidades que esta etapa defende. O cenário educacional atual de Gravataí nos traz que as Escolas Municipais de Educação Infantil estão concentrando o público de 0 a 3 anos e as crianças de 4 e 5 anos sendo remanejadas para espaços que desde então eram para as crianças maiores do Ensino Fundamental as EMEF's.

É necessário compreender esta estratégia implementada em Gravataí evidenciando seus desafios e impactos para a educação no município. Embasar-se nas teorias e nas políticas públicas sobre esta etapa da educação básica tão importante para o desenvolvimento e aprendizados das crianças pequenas. Este trabalho busca contemplar questões sobre a inserção dessas crianças na EMEF, da educação infantil ocupando um lugar de “estranheza”, que mobiliza os espaços desta escola de ensino fundamental para além, é acolher uma etapa da educação básica fundamental para crianças, famílias e sociedade.

O direito à educação inclui também a exigência de qualidade e o respeito às necessidades da criança em cada fase do seu desenvolvimento: o direito à brincadeira, à atenção individual, ao aconchego e ao afeto, ao A educação infantil como direito 14 Insumos para o Debate 2 Emenda Constitucional n.º 59/2009 e a educação infantil: impactos e perspectivas desenvolvimento da sociabilidade, assim como o direito à aprendizagem e ao conhecimento. Em cada faixa etária, as condições necessárias que devem estar presentes na creche, na pré-escola e na escola são diversas: a proporção adulto/criança, a arrumação dos ambientes, as necessidades de proteção, de cuidados com o corpo, de alimentação, os materiais pedagógicos e de arte, os brinquedos. Não se garante, portanto, o direito à educação para crianças de 4 anos em diante apenas colocando-as em uma sala com uma professora e um quadro-negro, reproduzindo o mesmo modelo de uma escola tradicional, já superada até para os alunos mais velhos. (CAMPOS, 2010, p. 13)

4. CONTEXTUALIZANDO A PESQUISA:

O município de Gravataí possui de acordo com dados do IBGE no último censo realizado em 2010 uma população de **255.660** pessoas e estima que a população em 2018 seja de **279.398** pessoas. A Densidade demográfica em

2010 era de **551,59** hab/km². A História de Gravataí começa oficialmente em abril de 1763 (255 anos), com a fundação da Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos em virtude de uma igreja considerada patrimônio histórico que fica bem ao centro da cidade, tendo como padroeira Nossa Senhora dos anjos que permanece em funcionamento até hoje. O município faz parte da região metropolitana de Porto Alegre ficando à 45 min da capital, cerca de 36,0 km via RS-020 e BR-290.

O setor responsável pela educação do município é a Secretaria Municipal de Educação, a SMED. As Escolas são mantidas totalmente pelo município, exceto as conveniadas, tendo como forma de ingresso dos alunos inscrições realizadas na central de vagas e selecionadas pela SMED. Levam-se em consideração fatores econômicos das crianças e local onde residem, priorizando os que moram próximos da Escola. Os alunos recebem uniforme escolar totalmente gratuito do município.

Todos os professores atuantes no município têm ensino superior completo ou habilitação específica para o cargo que exercem. Os profissionais como professores, guarda-municipal, supervisora, orientadora e demais que atuam no âmbito escolar tem como forma de ingresso Concurso Público Municipal, exceto os que atuam na limpeza e cozinha das escolas, estes são terceirizados, contratados por uma empresa que presta serviços para o município.

Sobre a função deste órgão descrita no portal online do cidadão da prefeitura compete a Secretaria Municipal da Educação

[...] executar a política educacional do Município, em consonância com as diretrizes enunciadas para o Sistema Municipal de Educação. É o órgão responsável pelas atividades educacionais, especialmente aquelas relacionadas ao ensino fundamental e com fomento e desenvolvimento cultural, planejando e ministrando a educação pedagógica local.

Ordena e incrementa a cultura em geral, gerindo a rede municipal de ensino, desenvolvendo, elaborando e executando os planos e programas de educacionais para o atendimento e aprimoramento das necessidades básicas de ensino, mantendo intercâmbio e integração junto a outros órgãos e entidades de educação e culturas locais, regionais e nacionais, ministrando orientação e assistência pedagógica junto a educando e seus responsáveis, controlando, fiscalizando e assessorando os membros do magistério público municipal, além de executar as diretrizes estabelecidas pelo Executivo.

A SMED que realiza a gestão de todas as escolas do município. O cenário educacional do município é composto por duas Escolas de Educação Especial; onze Escolas Municipais de Educação Infantil; onze Escolas conveniadas de educação infantil; sessenta Escolas Municipais de Ensino Fundamental e uma Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio. Destas sessenta e uma escolas de ensino fundamental cinquenta e uma possuem turmas de pré-escola com crianças de quatro e cinco anos. Estes dados serão organizados em forma de tabela a seguir.

ETAPA DE ENSINO	ESCOLAS MUNICIPAIS
EDUCAÇÃO ESPECIAL	EME Especial – 1
	EME Especial Para Surdos - 1
EDUCAÇÃO INFANTIL	EMEI'S – 11
	Conveniadas - 11
ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO	EMEF – 60
	EMEM - 1
	Com turmas de pré-escola - 51

Figura 1: Tabela com as escolas de Gravataí-RS.

Fonte: Dados coletados no portal do cidadão online do município.

Disponível em: <https://gravatai.atende.net/#!/tipo/pagina/valor/12> Acesso em: out/2018.

Podemos observar na tabela acima que a educação infantil está presente nos espaços até então somente de ensino fundamental. Esta estratégia adotada pelo município fez com que as vagas na pré-escola fossem ampliadas e elevasse a porcentagem de cumprimento da meta 1ª do PNE sobre a universalização da educação infantil etapa pré-escola.

A seguir serão apresentados dados coletados através do software TC educa, que é uma ferramenta que permite verificar se as ações previstas nos planos de educação estão sendo atendidas pelos entes jurisdicionados, em termos percentuais, dentro dos prazos definidos na legislação. “Entre os elementos utilizados como ferramenta para a extração dos resultados estão o

Censo Escolar e as estimativas populacionais calculadas pelo Datasus com base nos dados do Censo Demográfico do IBGE” (Cartilha TC educa, 2017, p.10).

Trataremos das informações referentes à meta 1 que determina a universalização do acesso de crianças de 4 e 5 anos à educação infantil até 2016 (100% de atendimento) através dos dados no indicador 1A com a ferramenta TC educa.

Os dados gerais a nível de País, Estado e Município. Mapeou-se que o Brasil está com 80.53% da meta 1 cumprida, o Estado do Rio Grande do Sul um número quase igual à do País com 79.16% e o nosso município em foco que é Gravataí-RS com 58.63 levando em conta que o prazo para 100% de o atendimento era até o ano de 2016, estes são dados do TC educa de 2017.

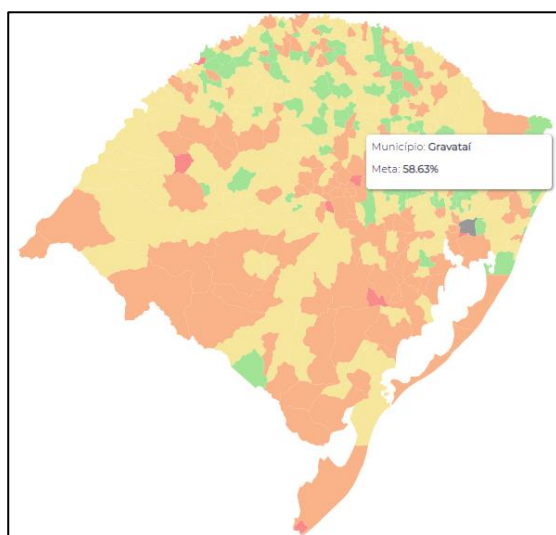


Figura 2: Mapa do RS quanto ao cumprimento da meta 1 PNE.

Fonte: TC educa.

Disponível

em:

<https://pne.tce.mg.gov.br:8443/#/public/mapa/estado/43;ano=2017;codIndMet=1A;sglUfd=RS;codUfd=43> Acesso em: out/2018.

No mapa a seguir observa-se a situação do estado do Rio Grande do Sul quanto ao cumprimento da meta em percentuais. A cor verde no mapa é quando os municípios atingiram acima de 97% da meta, amarela entre 75% e 97%, laranja entre 50% e 75%, vermelha entre 0% e 50% e azul claro insuficiência de dados.

META 1A (PRÉ-ESCOLA) – UNIVERSALIZAR A PRÉ-ESCOLA - META DO INDICADOR: 100%

LEGENDA

Acima de 97% Entre 75% e 97% Entre 50% e 75% Entre 0% e 50%

Excel Csv

MUNICÍPIO	2014	2015	2016	2017	AVANÇO ANUAL MÉDIO (I)	AVANÇO ANUAL PARA CUMPRIMENTO DA META (II)	SITUAÇÃO
Gravataí	36,83%	39,64%	49,74%	58,63%	7,27%	-	Descumprimento

Figura 3: Tabela com dados gerais do cumprimento da meta 1 PNE.

Fonte: TC educa.

Disponível em : <https://pne.tce.mg.gov.br:8443/#/public/dados> Acesso em: out/2018.

O município de Gravataí está com 58.63% da meta cumprida, dados de 2017. Houve um crescimento considerável desde 2014 desses atendimentos a criança desta faixa etária (4 a 5 anos) como observaremos no gráfico e tabela a seguir.



Figura 4: Tabela do crescimento da taxa de atendimento (4 a 5 anos) Pré-escola Gravataí-RS.

Fonte: TC educa.

Disponível em : <https://pne.tce.mg.gov.br:8443/#/public/meta/1a> Acesso em: out/2018.

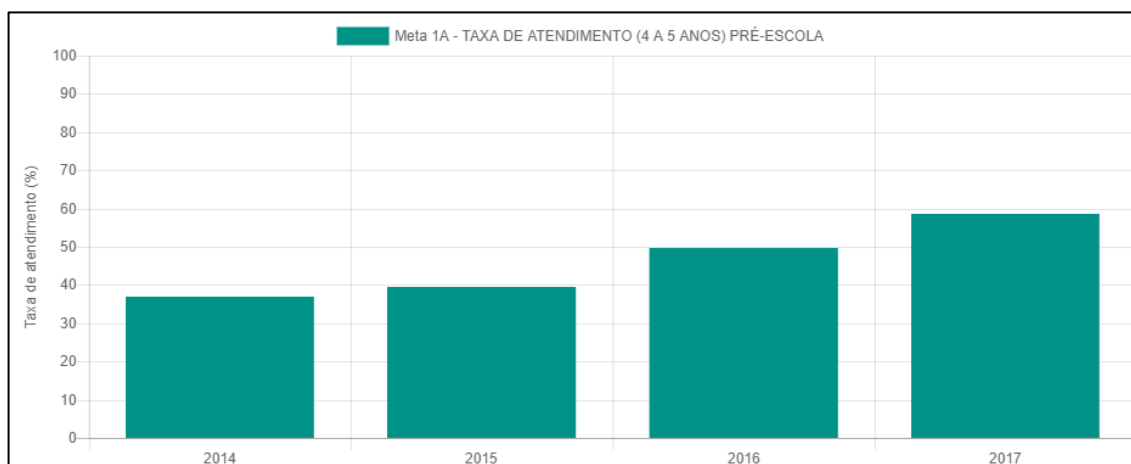


Figura 5: Gráfico do crescimento da taxa de atendimento (4 a 5 anos) Pré-escola Gravataí-RS.

Fonte: TC educa.

Disponível em: <https://pne.tce.mg.gov.br:8443/#/public/meta/1a> Acesso em: out/2018.

A população de 4 e 5 anos do município é de 7.230. Deste total 4.239 crianças de quatro e cinco anos encontram-se matriculadas na pré-escola. Estas matriculas estão ilustradas a seguir em forma de figura, trazendo em vermelho as não matriculadas e azul as matriculadas na pré-escola.

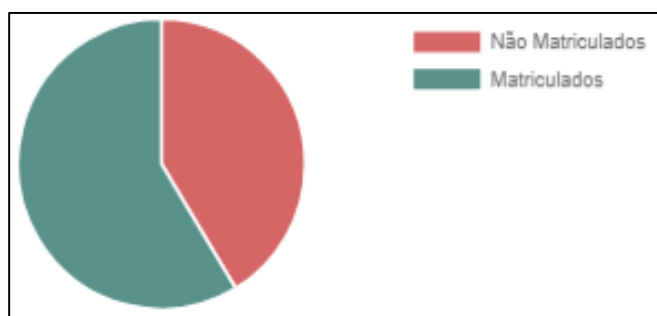


Figura 6: Gráfico do total da população de (4 a 5 anos) que estão matriculadas ou não na Pré-escola.

Fonte: TC educa.

Disponível em: <https://pne.tce.mg.gov.br:8443/#/public/meta/1a> Acesso em: out/2018.

Todos estes dados nos desenham a situação das crianças de quatro e cinco anos no nosso país, que em sua totalidade não estão ocupando seus lugares nas escolas como se era esperado e neste momento obrigatório, não mais apenas como direito, mas como dever dos estados e municípios em sua totalidade.

A obrigatoriedade da matrícula foi comemorado como ampliação do direito, uma vez agora sendo obrigatório os governos teriam que prover esse direito, por outro lado como procurarmos discutir, em um país com fragilidades na execução dos direitos sociais, em uma etapa educativa que historicamente sempre houve um descompasso entre o proclamado e o efetivado, em termos legais, essa obrigatoriedade nós colocou outros desafios. E nesse processo, entendemos que a luta e, a marca da resistência, é não negociar os direitos sociais universais, nem o fato de que o Estado deve ser o executor principal desse direito. (BARBOSA; CAMPOS; 2017, p. 15)

Esta pesquisa busca apoiar-se nestes dados a fim de problematizar a obrigatoriedade da pré-escola com o olhar voltado à estratégia de implementação da meta 1 PNE decorrente da alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação feita com a emenda constitucional 59 de 2009.

No município de Gravataí, das sessenta e uma escolas de ensino fundamental, cinquenta possuem turmas de pré-escola, isto fez com que houvesse um crescimento significativo nas matrículas da pré-escola e no cumprimento da universalização. O que Barbosa e Campos (2017) nos falam é que a pauta não está em negociar os direitos sociais, ou seja, esta universalização já deveria ser a realidade do nosso país, estados e municípios.

A qualidade deste atendimento às crianças desta faixa etária em outros espaços que não mais somente as escolas de educação infantil precisa ser prioridade, para que essa implementação ocorra respeitando as especificidades desta etapa de ensino e o bem-estar e desenvolvimento destas crianças acima de tudo. A seguir serão apresentadas as análises das entrevistas realizadas com professoras que atuam neste contexto e na perspectiva da gestão como se dá este movimento de acolhimento destas crianças e a efetivação do direito delas a uma educação de qualidade.

4.1 O CONTEXTO DA ESCOLA BARBARA MAIX

A Escola na qual as professoras entrevistadas atuam está localizada no município de Gravataí-RS região metropolitana de Porto Alegre. É uma Escola Municipal que atende alunos da pré-escola ao nono ano do ensino fundamental, em dois turnos. Situada na Rua Santa Ana, número 147, no bairro vila branca, parada 67 do município de Gravataí/RS. Em relação a história da escola, busquei as informações descritas em seu projeto político pedagógico na parte do marco situacional logo no início do documento:

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Bárbara Maix originou-se da Escola Particular Santa Fé, de pré a 8ª série. Seu decreto de criação data de 27/10/87, mas permaneceu com o nome de Santa Fé até 1989, quando então passou a chamar-se Escola Municipal de 1º Grau Bárbara Maix, em homenagem à Madre Bárbara, fundadora da Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria, tendo sido educadora e diretora da escola. A escola situava-se na Rua

Gumercindo Cunha, porém o prédio estava condenado e o terreno solicitado pela proprietária, pois o mesmo não pertencia ao município. Houve grande mobilização da comunidade, muitas reuniões e movimentos reivindicatórios à mantenedora, pois a escola precisava de um terreno e de um prédio para continuar a existir. A diretora na época era a professora Maria Edite Teixeira que foi a primeira diretora e dirigiu a escola até o ano de 1993. Em 1991 toda a escola já estava instalada na Rua Santa Ana, 146, onde está até hoje. (PPP. 2017, p.5)

A escola está inserida na periferia urbana do município. Sua estrutura física está assim descrita: treze salas de aula, destas, duas reservadas para o programa Mais Educação. Uma sala destinada para o Atendimento Especializado e uma Biblioteca. Uma quadra esportiva sem cobertura e um saguão interno coberto. Conta também com salas específicas como: informática, vídeo e esporte. As salas administrativas estão assim distribuídas: secretaria, vice direção, direção, supervisão, orientação e coordenação do Mais Educação. Dispomos também de uma cozinha, um refeitório e quatro sanitários.

As salas da educação infantil são três, uma delas possui banheiro dentro da sala e fica com a turma do Pré I no turno da manhã e outro Pré I à tarde. As outras da Educação Infantil atendem três turmas de Pré Escola, uma pela manhã e duas no turno da tarde. As crianças pequenas utilizam a maioria dos espaços, como o refeitório, biblioteca e a quadra de esportes, alguns como sala do programa Mais Educação, sala de recursos são para grupos de crianças específicos.

A organização curricular é organizada por séries. Denominamos o C.A.T (Currículo por Atividade) do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental e do 6º ao 9º ano denominamos Área. Na Educação Infantil o currículo é diferenciado tendo como eixos norteadores do trabalho docente a interação e brincadeira descritos nas D.C.N.E.I (Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil de 2009) e reforçados na B.N.C.C (Base Nacional Comum Curricular de 2017) não há o sentido de promoção ou retenção ao final de cada ano.

O nível socioeconômico que predomina entre os alunos é a classe média baixa. As crianças, em sua maioria, os pais e responsáveis possuem baixa escolarização, um membro da família que trabalha e os demais cuidam dos filhos. As crianças da turma possuem irmãos mais novos e alguns mais velhos, conforme dados coletados nas entrevistas com as famílias no início do ano letivo.

Em relação à gestão da escola, a direção é eleita por meio de eleições que acontecem a cada dois anos, podendo a mesma gestão permanecer por dois mandatos. A chapa é composta por Diretora, Vice e uma Suplente, todos os seguimentos da Escola votam nestas eleições, podendo mais de uma chapa concorrer, o único critério para candidatar-se é não estar no período de estágio probatório que dura três anos desde o dia em que você é nomeada. Se não houver chapa a Secretaria Municipal de Educação poderá indicar alguém para assumir a Direção ou autorizar que a mesma gestão continue por mais um mandato.

A Escola possui um quadro docente de quarenta e dois professores, todos os professores têm ensino superior completo ou habilitação específica para o cargo que exercem e quatro funcionários. Todos concursados. Os profissionais como professores, guarda-municipal, supervisora, orientadora e demais que atuam no âmbito escolar tem como forma de ingresso Concurso Público Municipal, exceto os que atuam na limpeza e cozinha são terceirizados, contratados por uma empresa que presta serviços para o município.

A Escola é mantida totalmente pelo município tendo como forma de ingresso dos alunos inscrições realizadas na central de vagas e selecionadas pela SMED (Secretaria municipal de educação de Gravataí). Levam-se em consideração fatores econômicos das crianças e local onde residem, priorizando os que moram próximos da Escola. Os alunos recebem uniforme escolar totalmente gratuito do município. O ambiente escolar é limpo, agradável e acolhedor, possui acessibilidade para alunos portadores de necessidades especiais, o corpo docente conta com uma especialista em educação inclusiva que desenvolve o trabalho na Sala de recursos e agentes de apoio de educação especial chegados recentemente na escola para dar apoio ao trabalho já desenvolvido.

A escola mostra-se sempre preocupada em estabelecer relações sólidas de confiança e afeto com as famílias promovendo ações em prol do bem-estar dos alunos e seus familiares como projetos desenvolvidos ao longo do ano letivo como torneio, feiras, saraus e demais atividades nas quais as famílias são convidadas a estarem participando na Escola. A Educação Infantil participa de

todos os eventos que a Escola propõe, a Escola realiza apresentações em datas comemorativas e as turmas de Pré-escola envolvem-se nestas datas.

O setor de orientação conhecido como SOE, conta com uma orientadora que fica na escola turno integral que também é responsável por articular ações intermediando conversas entre professores e pais de alunos, a fim de resolver conflitos, transmitindo seriedade as famílias e comprometimento com o bom andamento e permanência do aluno na escola. O setor pedagógico é composto por uma supervisora que atua no turno da manhã e outra à tarde a qual tem a função de auxiliar no planejamento de projetos, planos de aula e atividades extracurriculares bem como reuniões de formações para professores que ocorrem regularmente aos sábados uma vez ao mês para tratar de assuntos administrativos e pedagógicos.

Os principais objetivos da escola, que constam em seu Projeto Político Pedagógico é [...] construir uma escola democrática e popular, contribuir para a construção da autoestima, da autoimagem e autoconfiança dos alunos e garantir acesso ao ensino de qualidade oferecendo a permanência dos alunos na escola. (PPP. 2017, p.15) O principal documento orientador e regulador da vida escolar é o Projeto Político Pedagógico, que está disponível para consulta na escola e foi atualizado no final do ano de 2017 incluindo legislações específicas para a Educação Infantil.

O objetivo geral descrito para a Educação Infantil no documento que rege a Escola foi formulado com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil, no Parecer CMEG nº 15/2015, que estabelece condições para a oferta da Educação Infantil no Sistema Municipal de Ensino de Gravataí. O Plano Municipal de Educação de Gravataí, LDBEN e o ECA além da Base Nacional Comum Curricular que está sendo incluída em sua totalidade.

Desenvolver um planejamento curricular considerando a criança nas relações práticas e cotidianas, construindo sua identidade pessoal e coletiva quando brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentido ampliando sua vida individual e social. Sendo assim a metodologia da escola:

[...] conduz o processo ensino-aprendizagem numa contínua construção e reconstrução coletiva dos saberes que se dá de forma

participativa, contextualizada, significativa, interdisciplinar e na constante leitura da realidade onde o aluno está inserido, bem como as questões sócio-político-econômicas que fazem parte do currículo escolar. (PPP. 2017, p.20)

Nesta perspectiva a escola adota o “projeto” como metodologia de referência da Educação Infantil ao nono ano, visando a construção do conhecimento. O projeto mobiliza o raciocínio, a experimentação e a solução de problemas. A Educação infantil dentro dessa instituição é composta por três turmas de pré-escola pela manhã e três turmas à tarde (PréIA, PréIIB e PréIIC) tem como orientações metodológicas aos professores que:

[...] desenvolvam atividades, em consonância com o projeto, que despertem o interesse e a criatividade da criança, de forma lúdica, através de material concreto, jogos, saídas de campo, músicas promovendo para a criança o conhecimento de si e do mundo tendo como eixo norteador as interações e brincadeiras. (PPP. 2017, p.21)

Nesta etapa não há o objetivo de promoção ou classificação, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental. “A avaliação da aprendizagem no pré I e II é realizada através de observação crítica do desenvolvimento da criança no cotidiano, utilizando-se de múltiplos registros, permitindo a continuidade dos processos de aprendizagem” (PPP. 2017, p.23)

O documento afirma que podemos utilizar diversos meios de registrar o cotidiano dos estudantes e suas descobertas visando aprendizagens significativas e avaliação constante do trabalho docente que está sendo realizado na turma dentro da Escola.

Neste registro e observação constante do cotidiano escolar percebemos falas importantes a serem analisadas, como a defesa pela fina, que as crianças da educação infantil precisem fazer fila pois é um “padrão que qualifica” seguindo a lógica das demais series da escola, muitas vezes descaracterizando a essência da educação infantil.

Ficam os questionamentos o que é preciso para garantir uma educação infantil de qualidade neste espaço do ensino fundamental? Qual as especificidades desta etapa da educação básica? Como conquistamos o espaço da EI em reuniões, formações, com os pais e comunidade escolar? Estes

questionamentos foram levados para as entrevistas e serão analisados no capítulo seguinte deste estudo.

5. ANÁLISES: O “PRÉ” NA ESCOLA BARBARA MAIX

Nesta seção do trabalho serão apresentadas as análises dos dados obtidos no estudo realizado tendo como subsídio as transcrições das entrevistas realizadas com professoras de educação infantil e um membro gestão escolar. Após a leitura e revisão atenta das entrevistas foi organizado um quadro de análise a partir das questões pesquisadas, logo emergiram algumas questões de análise que foram problematizadas a partir dos referenciais teóricos estudados. Estas problematizações tiveram como ponto central: A OBRIGATORIEDADE DA PRÉ ESCOLA.

Após a Emenda Constitucional 59 e a aprovação da lei N°12.796/13 que determinou a obrigatoriedade da matrícula aos quatro anos de idade, muitos dos municípios de todo o Brasil buscaram estratégias para que a legislação se efetivasse e cumprisse em sua totalidade a universalização de acesso à educação infantil até o ano de 2016. Esta pesquisa teve com foco um desses municípios que desencadeou uma estratégia para ampliar o atendimento das crianças dessa faixa etária, que foi a inclusão de novas turmas nas escolas de Ensino Fundamental.

Conforme Vieira (2011),

Depois de apresentar o conteúdo da Emenda Constitucional (EC) nº 59, de 2009 e alguns aspectos do projeto do novo PNE, o primeiro grande desafio é democratizar e universalizar o acesso, baseado na concepção de educação infantil construída nos últimos 30 anos no Brasil, corrigindo distorções e atenuando desigualdades. Ter pré-escola para todos já era a meta do PNE, desde 2001, mas como garanti-la com a qualidade necessária para respeitar e efetivar os direitos das crianças de zero a cinco anos de idade à educação (p. 246)

A garantia de uma qualidade no atendimento as crianças pequenas precisa ser prioridade neste processo de democratizar o acesso. Com 61 escolas municipais de ensino fundamental, o município conta com 51 delas atendendo

crianças de educação infantil na faixa etária de 4 a 5 anos. Analisar este movimento feito pelos gestores municipais é discutir as suas concepções sobre essa etapa de ensino de modo que, as análises dessas estratégias poderão ser importantes indicações para discutirmos quais concepções de educação e infância induzem a política municipal. “E nesse sentido poderemos problematizar como o direito assegurado constitucionalmente está sendo efetivado na vida cotidiana”. (BARBOSA; CAMPOS; 2016, p. 67)

Sobre o direito à Educação Infantil no Brasil Pelo ordenamento legal vigente, a educação infantil é uma etapa educacional considerada direito das crianças de até cinco anos e também de suas famílias. Reconhecida como primeira etapa da Educação Básica (EB) pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96 (LDBEN), esta etapa se subdivide, pelo critério de faixa etária das crianças, em creche, para crianças de até três anos e pré-escola, para aquelas de quatro e cinco anos. A CF/88 garantiu em seus artigos 6º e 208, tanto o direito das crianças à Educação desde o seu nascimento quanto o das famílias trabalhadoras rurais ou urbanas ao atendimento de seus filhos, desde o nascimento, em creche e pré-escola. Este duplo direito se desdobra na função sociopolítica e pedagógica desta etapa, articulada ao binômio cuidar e educar vivificado nas práticas cotidianas desenvolvidas nas instituições e estabelecimentos educacionais que ofertam atendimento às crianças de até seis anos. (FLORES, 2015, p.4)

Importante destacar a função sociopolítica e pedagógica que precisa ser efetivada, através de políticas públicas que deem conta de atender a todas as demandas das famílias e crianças, assegurando seus direitos a partir de um preceito fundamental que é a qualidade pautada pela ética. Asseguro que é um duplo direito, direito da criança e da família o atendimento em creches e pré-escolas a partir de uma proposta educativa que possui suas especificidades.

5.1 ESPECIFICIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

As cinco entrevistadas possuem formação para trabalhar com diferentes níveis da educação. Das quatro professoras que estão atuando em sala de aula com educação infantil, três delas possuem formação em Pedagogia, uma delas pela UFRGS, outras duas pela Ulbra. A quarta possui formação em Magistério nível médio. As quatro prestaram concurso público em 2015 pelo município assumindo o cargo ao longo do ano de 2016.

A gestora cursou o Magistério inicialmente, depois graduou-se em Educação Física e está há 19 anos na escola pesquisada e está em sua terceira gestão como vice-diretora, pois identifica-se com a realidade da comunidade escolar. Atua na vice direção da escola no turno da manhã; e a tarde é professora substituta, o que lhe permite conhecer todas as turmas e alunos.

Quando questionadas acerca das especificidades do trabalho com a educação infantil, três das professoras entrevistadas relataram a preferência por trabalhar a alfabetização com os anos iniciais do Ensino Fundamental, destacando a autonomia que as crianças já têm consolidada. Desse modo, suas concepções sobre a Educação Infantil mostram marcas de suas trajetórias como docentes que buscam o espaço em que desejam atuar que não o da educação infantil, mas sim com crianças maiores.

As que possuem uma identidade com essa etapa de ensino demonstraram concepções objetivas sobre o trabalho que é desenvolvido com as crianças dessa faixa etária. A “socialização e autonomia” foram pontos altos para defender a importância de a educação infantil estar presente nas escolas e na vida das crianças pequenas. Sobre isso, Barbosa (2009) afirma que:

A função da educação infantil nas sociedades contemporâneas é a de possibilitar a vivência em comunidade, aprendendo a respeitar, a acolher e a celebrar a diversidade dos demais, a sair da percepção exclusiva do seu universo pessoal, assim como a ver o mundo a partir do olhar do outro e da compreensão de outros mundos sociais. (p.12)

Ao estarem inseridas na pré-escola as crianças estão entrando em contato com o universo do outro que passa não somente pela professora, mas por todos do ambiente escolar. As concepções que produzimos sobre educação estão em promover ou não essa socialização tão necessária para as crianças. Conforme, Barbosa (2009):

Não nascemos sabendo nos relacionar com os demais. Embora sejamos biologicamente sociais, precisamos, no convívio, aprender as formas de relacionamento. Essa é a grande tarefa da educação da primeira infância e é realizada nas suas práticas cotidianas embasadas naquilo que a cultura universal oferece de melhor para as crianças. Nas tarefas do dia-a-dia, aquelas que realizamos junto com as crianças, produzimos e veiculamos concepções de educação. Essas concepções não acontecem simplesmente na transmissão da informação, neutra e direta – se assim o fosse já teríamos resolvido a

crise educacional de nosso país – mas se efetivam em vivências e ações cotidianas nos estabelecimentos de educação infantil, pois têm um significado ético. (p.13)

As entrevistadas também deram enfoque para os desafios que enfrentam ao trabalhar com educação infantil. Na busca incessante por materiais para tornarem suas práticas interessantes e diversas *“trabalhar com artes, realizar práticas com dança, música, folclore, questões culturais, literatura, é fundamental a ser trabalhado nesta etapa para o desenvolvimento cognitivo, social, corporal e psicológico”* (Professora Pré II tarde).

A professora do Pré II da manhã destaca a organização das crianças como conteúdo imprescindível para que as crianças da pré-escola cheguem no primeiro ano do ensino fundamental “organizadas” e familiarizadas com a rotina da escola”, destaca que: *“atividades como ir para o refeitório em fila, organizar os materiais na mochila, no momento que eles passam pela EI este trabalho é realizado pelas professoras. Organização e autonomia são essenciais para que ele se alfabetize depois”* (Professora Pré II manhã).

A professora do Pré I da Tarde fala que *“não consegue muitas vezes passar os conteúdos, mas sim os valores, saber resolver conflitos e estas são as marcas da primeira professora”*.

A partir das questões apresentados é possível problematizar: quais conteúdos seriam esses que a escola se preocupa tanto em dar conta?

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (2009) trazem como eixos estruturantes do trabalho com as crianças dessa etapa de ensino a interação e a brincadeira. Barbosa 2009, reforça a preciosidade que é aprender quando se é criança a partir de suas descobertas na escola.

Os primeiros anos de escolarização são momentos de intensas e rápidas aprendizagens para as crianças. Elas estão chegando ao mundo aprendendo a compreender seu corpo e suas ações, a interagir com diferentes parceiros e gradualmente se integrando com e na complexidade de sua(s) cultura(s) ao corporalizá-la(s). (p.19)

Portanto, é possível observar que diferentes concepções como “autonomia, socialização, organização e valores” são conteúdos importantes no currículo da educação infantil para as professoras pesquisadas. Essa autonomia

desenvolvida no coletivo, partindo da experiência de vida coletiva de modo a compartilharem os valores e conhecimentos que trazem consigo, tudo isso permeia a prática com as crianças. Aprimorar estes conceitos é objetivo da escola que compreende a potencialidade desse sujeito criança.

As especificidades da educação infantil são permeadas pelas concepções que a sociedade possui sobre infância, acreditando em suas possibilidades de descobrir o mundo por seus olhos e do quanto os professores tem um papel fundamental em proporcionar diversas vivências ampliando o seu repertório cultural.

E, nessa perspectiva, a educação infantil – que recentemente foi integrada a educação básica –, ainda necessita superar velhas concepções e ser reconhecida como um direito social, como um serviço social de interesse público, um modo de democratizar o acesso às formas simbólicas, ao universo dos saberes socialmente construídos e das grandes obras-primas da humanidade (LAVAL, 2003).

Nos cabe a reflexão: qual a escola para os pequenos? A escola não está adequada ou eles são imaturos? Qual a ideia que nós temos de criança? Imaturidade ou potencialidades? Estas são algumas interrogativas acerca das análises das entrevistas realizadas. Flores e Albuquerque (2016) pontuam os quatro eixos que precisamos considerar na elaboração das propostas para a Educação Infantil:

Sobretudo, para além da verificação de metas quantitativas, queremos afirmar a importância de que as novas vagas a serem criadas atendam a critérios de qualidade constantes nos documentos normativos assim como na construção teórica acumulada pela área ao longo das últimas décadas. Contribuindo para a visibilidade de alguns destes critérios, chamamos a atenção para quatro eixos que precisam ser considerados na elaboração ou revisão das propostas pedagógicas dos espaços coletivos de educação infantil: a organização dos espaços, tempos e materiais (FORNERO, 2008; HORN e GOBATTO, 2015); a especificidade das práticas pedagógicas com bebês (BARBOSA e FOCHI, 2015) as particularidades dos processos de avaliação da/na educação infantil, incluindo a importância da articulação entre esta etapa e o ensino fundamental (FLORES e SILVA, 2015); e a relevância da consideração das diferentes linguagens como ferramentas para a leitura e interpretação do mundo pelas crianças de até seis anos de idade (KAERCHER, 2015). (FLORES; ALBUQUERQUE; 2016, p.89)

Além de todas estas particularidades apontadas pelas autoras, destaco a importância em articular as diferentes etapas de ensino e do quanto a educação infantil precisa preocupar-se com o coletivo em que está inserida. No contexto da escola pesquisada as crianças compartilham os espaços, tempos, materiais e convivem com crianças, jovens e adultos de diferentes faixas etárias, sendo a escola ambiente propício de descobertas e experiências.

5.2 CRIANÇA, ESCOLARIZAÇÃO, RUPTURA E CONTINUIDADE.

Sobre a obrigatoriedade da pré-escola, foram as professoras pesquisadas convidadas a fazer uma breve avaliação em relação a Lei Nº12.796/13. Pontuando como é atuar diretamente com as crianças de 4 e 5 anos e neste sentido todas trouxeram argumentos favoráveis e contrários em relação a inserção das crianças na Educação Infantil com caráter obrigatório.

Neste sentido, as professoras reforçam algumas concepções sobre as especificidades da EI, destacando aspectos favoráveis como a socialização e a autonomia, para o desenvolvimento da criança como um todo é positiva a obrigatoriedade *“a obrigatoriedade não pela alfabetização, mas a socialização, autonomia e organização” (Professora Pré II manhã).*

Segundo as entrevistadas, ao ingressar no ensino fundamental a criança já está familiarizada com o ambiente escolar melhorando o seu desempenho para alfabetizar-se, sendo possível afirmar uma relação entre ingresso na educação infantil e preparação para o ensino fundamental

Conforme analisou Campos (2008),

a partir da lógica da preparação para a escolarização obrigatória, sendo reconhecida como importante ação para melhorar o futuro desempenho escolar da criança, como efeito preventivo às dificuldades de aprendizagem e, em consequência, como fator promotor do sucesso escolar. (CAMPOS, 2008, p.35)

Percebemos que o sucesso no ensino fundamental está vinculado a ideia de ter tido uma boa preparação, papel esse socialmente atribuído a educação infantil. Historicamente a EI tem vivenciado este dilema: é para preparar? O que

temos clareza é que a EI não tem objetivo de promoção ou progressão para o EF, mas, fica claro que as experiências ofertadas qualificam os processos de desenvolvimento e aprendizagem das crianças pequenas. A autora Maria Malta Campos (2010, p. 24) realizou uma pesquisa com esses conceitos e destaca que “o impacto positivo da educação infantil sobre o ensino fundamental é maior quando o atendimento apresenta padrões de qualidade adequados.”

Um ponto positivo, destacado pelas cinco professoras entrevistadas nesta inserção das crianças pequenas na EMEF, é a integração que acontece com o ensino fundamental ocorrendo uma continuidade do processo dentro da escola. Lira, Sapelli e Drewinski (2016) nos falam da importância do currículo na Educação Infantil e a mesma como a primeira etapa da educação básica dentro de um processo de formação humana.

A necessidade de elaborar uma proposta curricular para a educação infantil nos leva a considerar e buscar entender a relação que existe entre este nível de ensino e o restante da educação básica. Se entendemos, como já dissemos, que a educação é um processo de formação humana, então a educação infantil é parte desse processo e sua contribuição deve ser implementar estratégias adequadas para contribuir na aprendizagem e no desenvolvimento pleno das crianças. (p.92)

Essa inter-relação entre ambos os níveis é destacada por Kramer (2006, p. 21) ao afirmar que “[...] requer diálogo entre educação infantil e ensino fundamental, diálogo institucional e pedagógico, dentro da escola e entre as escolas, com alternativas curriculares claras”.

Esta experiência é apresentada pelas professoras pesquisadas:

“as crianças já estejam inseridas naquele círculo da escola que já vai dar continuidade, não tendo a ruptura da EI com as series iniciais. Não é um lugar de estranheza, os professores já são conhecidos, e buscam essa integração com as professoras do EF”. (Professora Pré II manhã entrevista em 03/10/18)

“tem sido uma experiência muito rica e válida, trabalhar em uma EMEF é totalmente diferente, as crianças já estão inseridas e fazem relações com o EF, nesse contato eles já percebem que estão crescendo e vão avançar para outra serie no ano seguinte”. (Professora Pré II tarde entrevista em 03/10/18)

A entrevistada que trabalha com turma de Pré I da manhã fala que *“com quatro anos é uma idade muito boa para entrar na escola, ela pode evoluir muito ao que ela entraria antes com sete, oito anos, ela tem muito a aprender até a etapa inicial da alfabetização que ela vai entrar no primeiro ano”* (Professora Pré I manhã outubro de 2018).

A relação com o ensino fundamental deve igualmente ser levada em conta, pois a adoção de políticas para uma etapa ou segmento da educação pode gerar efeitos promissores ou retrocessos em outras etapas ou segmentos, como mostram alguns estudos históricos (PETITAT, 1994; VIEIRA, 2010a)

Essa relação que as autoras trazem fica evidente na prática, percebemos o quanto são distintas as crianças que chegam no ensino fundamental tendo o primeiro contato com a escola somente naquele momento, e as crianças que vivenciaram a educação infantil em toda sua potencialidade de descoberta e crescimento. Quando a criança da educação infantil vai para o ensino fundamental na mesma escola proporciona o acompanhamento do desenvolvimento de forma processual com olhar afetivo, acolhedor, conhecendo a sua história social.

Há uma continuidade neste processo no sentido de o ambiente não causar estranheza nas crianças, mas não que haja uma sequência de trabalho, pois, o

distanciamento nas práticas ainda é grande, causando grandes lacunas. Como, por exemplo, o tempo destinado ao brincar, a interação com o outro, a forma como nos organizamos no ambiente da sala de aula, o correr, pular pelo pátio descobrindo as árvores e ressignificando os objetos e espaços.

Uma sala de ensino fundamental é facilmente reconhecida pelo formato pelo qual se apresenta, mas as crianças são as mesmas que no ano anterior vivenciaram essa desconstrução desse ambiente engessado que distanciasse da proposta da educação infantil. Essa ruptura acaba acontecendo como algo natural do “amadurecimento” da criança quando na verdade ela continua criança no ensino fundamental que precisa ser vista. As crianças precisam continuar a interagir, brincar, criar, descobrir, imaginar, experimentar, vivenciar, saborear toda a sua infância que não acaba com a educação infantil.

A questão obrigatoriedade para as crianças de quatro anos é bem contraditória no âmbito das professoras pesquisadas, sendo que três das cinco revelam ser contrárias à matrícula obrigatória, destacando a importância de as crianças ficarem com as famílias, consideram que muitas delas se mostram imaturas para serem escolarizadas. Sobre isso destaco três falas pontuais de três professoras entrevistadas,

“deveriam estar curtindo as mães⁴, por eles mostram-se infantis, que deveria ser somente o Pré II. A experiência com o Pré I mostrou a imaturidade para vivenciar aquilo.” (Vice-diretora entrevista em 03/10/18)

“proporciona aos alunos que não tiveram EI ter na pré-escola, quando eles ingressam na EMEF acredito ser mais complicado, se ela nunca teve um contato, pela imaturidade principalmente das crianças de quatro anos, embora seja importante, ela tem que ingressar, mas, seria melhor apenas com cinco.” (Professora PréI manhã entrevista em 03/10/18)

“precisam deixar aos cuidados é interessante já colocar na escola, porque para a criança é muito válido, mas, para aquela família que tem como se organizar com quatro anos não seria necessário, eles são muito pequenos e a falta da estrutura, até para fazer um trabalho

⁴ Problematização: a romantização da maternidade por parte das professoras e vice-diretora.

prévio, eles já vêm com seis anos, destaca que terão a vida toda para estudar em instituição.” (Professora Pré I tarde entrevista em 03/10/18)

A ideia da escolarização prevalece nestas falas, como a criança que agora precisa” aprender” de verdade ressaltando a importância do ensino fundamental visto como aquele que “ensina” mesmo algo para as crianças. Uma delas no início da entrevista falou da sua preferência pelas crianças da EMEF pela visão que elas carregam de escola.

No documento Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (2006) é apresentada a especificidade da pedagogia da Educação Infantil, como afirma Rocha (1999):

Enquanto a escola tem como sujeito o aluno, e como objeto fundamental o ensino nas diferentes áreas através da aula; a creche e a pré-escola têm como objeto as relações educativas travadas num espaço de convívio coletivo que tem como sujeito a criança de 0 até 6 anos de idade. (p.16)

A educação infantil é um espaço de convívio coletivo que proporciona as crianças a interação umas com as outras e com o meio. Muitas das crianças que frequentam as turmas de pré-escola hoje na escola em que a pesquisa foi realizada estão tendo o primeiro contato com a educação infantil neste momento apenas, interagindo com crianças da mesma idade, resolvendo conflitos, aprendendo combinados de convivência em sociedade.

Flores (2015) fala da importância da experiência na escola:

Na perspectiva dos recentes estudos sociais da infância, a oferta de educação infantil considera a criança não apenas como um sujeito social de direitos, mas, também, como protagonista da história e capaz de produzir cultura interagindo de diferentes maneiras com o mundo a sua volta e muito especialmente com seus pares. (p.6)

Essa criança é um sujeito social de direitos, que está construindo sua própria história e que possui necessidade em interagir e conviver com seus pares promovendo o seu desenvolvimento de forma significativa. As concepções de infância que surgiram nas análises a partir das entrevistas evidenciaram a

infância como um conceito muito presente de “imaturidade” o qual nos leva a pensar o lugar dessa criança na escola.

Buscando respostas através de Nunes, Corsino e Didonet (2011),

o lugar da criança brasileira na política pública de educação é o de sujeito histórico, protagonista e cidadão com direito à educação a partir do nascimento, em estabelecimentos educacionais instituídos com a função de cuidar e educar como um único e indissociável ato promotor de seu desenvolvimento integral, de forma global e harmônica, nos aspectos físico, social, afetivo e cognitivo (p. 9).

Ao reconhecer a criança um sujeito de direitos, considero que a obrigatoriedade da pré-escola vem reforçar o direito que lhe é assegurado desde o seu nascimento. Nunes; Barros; Santos; (2017) fazem um importante apanhado histórico na conquista por esses direitos, dos avanços na educação e do quanto os direitos precisam ser efetivados.

Sobre a importância do marco histórico desse sujeito de direitos e da construção da Educação Básica, é possível destacar que:

O reconhecimento da criança como sujeito de direitos, explicitado pela Constituição (1988), reafirmado pela Lei 8.069 (1990) e pela Lei n. 9.394 (1996), buscou superar os atendimentos e propostas educativas, concebidos e assentados prioritariamente nas necessidades das mães trabalhadoras e guiados pela esfera do cuidado e da assistência. Com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 2010), foram estabelecidos os princípios norteadores das práticas, ganhando destaque a indissociabilidade das ações de cuidado e educação, a organização da estrutura das instituições e a formação de professores, dentre outros aspectos. (LIRA; SAPELLI; DREWINSKI; 2016, p. 85)

Tratar do conceito de criança, escolarização, das continuidades e rupturas que acontecem durante toda a vida escolar das crianças, jovens e adultos é sobretudo necessário para que se problematize as ações que estão sendo desenvolvidas dentro da escola.

Evidenciar a importância desta primeira etapa que é a educação infantil se torna imprescindível ao reconhecer as potencialidades que as crianças da educação infantil possuem. Concordo com Zabalza (1998) quando destaca que

vai além da criança ser feliz e cuidada, mas principalmente de reconhecer o seu direito e seu potencial num momento de vida em que está em pleno desenvolvimento. Daí a riqueza do trabalho com a educação infantil, investir com qualidade no acesso das crianças a escola e sua permanência com toda potencialidade que esta etapa se constitui.

5.3 INFRAESTRUTURA: construção do espaço com bem-estar e segurança

O espaço da escola que acolhe crianças pequenas deve ser pensado na lógica destas crianças, levando em conta o modo como as mesmas percebem esse espaço, transitam, interagem, percebem, vivenciam, olham e significam. A escola sobretudo fala muito sobre si a partir de como organizar os espaços coletivos e individuais.

Ao pensar numa escola de ensino fundamental que acolhe crianças pequenas é necessário pensar na infraestrutura. O Ministério da Educação, através da Coordenação Geral de Educação Infantil, elaborou um documento com as dúvidas mais frequentes sobre educação infantil, e uma dessas perguntas chamou a atenção por tratar de um ponto alto desta pesquisa. A pergunta é: a educação infantil pode funcionar em espaço compartilhado com o ensino fundamental?

Muitos municípios utilizam o espaço físico de escolas de ensino fundamental para ampliar turmas de educação infantil - pré-escola. É importante ressaltar que essa alternativa exige que a proposta pedagógica contemple as especificidades da faixa etária e que o espaço físico esteja adequado para o desenvolvimento do trabalho da educação infantil. Assim, é indispensável fazer uma avaliação das características do espaço e das condições do ambiente físico, levando-se em conta as especificidades tanto das crianças da educação infantil quanto as do ensino fundamental. Nessa avaliação, é imprescindível observar a legislação local e verificar as condições de acessibilidade das instalações para as pessoas com deficiência. Além disso, é necessária a leitura das publicações do MEC – Parâmetros Básicos de Infraestrutura para as Instituições de Educação Infantil e Parâmetros Nacionais de Qualidade na Educação. (2013, p.9)

Além disso, como é citado na resposta, temos os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (2006) que traz a questão da estrutura como um indicador de qualidade para o ensino.

Além disso, para que sua sobrevivência esteja garantida e seu crescimento e desenvolvimento sejam favorecidos, para que o cuidar/educar sejam efetivados, é necessário que sejam oferecidas às crianças dessa faixa etária condições de usufruírem plenamente suas possibilidades de apropriação e de produção de significados no mundo da natureza e da cultura. As crianças precisam ser apoiadas em suas iniciativas espontâneas e incentivadas a:

- brincar;
- movimentar-se em espaços amplos e ao ar livre;
- expressar sentimentos e pensamentos;
 - desenvolver a imaginação, a curiosidade e a capacidade de expressão;
- ampliar permanentemente conhecimentos a respeito do mundo da natureza e da cultura apoiadas por estratégias pedagógicas apropriadas;
- diversificar atividades, escolhas e companheiros de interação em creches, pré-escolas e centros de Educação Infantil.

A criança, parte de uma sociedade, vivendo em nosso país, tem direito:

- à dignidade e ao respeito;
- autonomia e participação;
- à felicidade, ao prazer e à alegria;
- à individualidade, ao tempo livre e ao convívio social;
- à diferença e à semelhança;
- à igualdade de oportunidades;
- ao conhecimento e à educação;
- a profissionais com formação específica;
- a espaços, tempos e materiais específicos. (p.19)

Visto que as crianças da educação infantil precisam de um espaço potente, acolhedor, limpo, amplo, convidativo a descoberta. Nesse sentido,

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (2009) consolidam esses aspectos ao pontuarem a importância do papel da organização do espaço para a efetivação das propostas pedagógicas

das instituições. Nesse sentido, existe a necessidade de uma infraestrutura e de formas de funcionamento da instituição que garantam ao espaço físico uma constituição como um ambiente que permita um bem-estar promovido pela estética, pela boa conservação dos materiais, pela higiene, pela segurança e, principalmente, pela possibilidade de as crianças brincarem e interagirem. (HORN; GOBBATO, 2015, p. 69)

Durante as entrevistas quando questionadas sobre os principais desafios que encontram no cotidiano escolar algumas questões foram fortemente pontuadas. Como o espaço em termos de estrutura da escola que não são em sua totalidade adequados para receber as crianças pequenas com qualidade.

Todas as professoras entrevistadas destacaram o déficit que a escola possui em termos de estruturação do espaço, mas que a escola está buscando dentro das suas possibilidades adaptar-se as crianças pequenas potencializando os seus ambientes. Alguns recortes feitos acerca do espaço destacado nas entrevistas que reforçam essa análise, estão no quadro a seguir:

*“A pracinha como um refúgio, para brincarem com crianças da mesma idade”
(Professora Pré I tarde entrevista em 03/10/18).*

“A educação infantil precisa ter um espaço só seu, observa isto nos momentos de recreio, no uso da quadra e pátio, pois, os maiores não cuidam dos pequenos. Os pilares da escola não são próprios para os pequenos e precisariam de mais espaço para correr e brincar.” (Professora Pré I tarde entrevista em 03/10/18).

“As escolas de ensino fundamental não estão preparadas para receber essas turmas de EI e isto é visível, as adaptações como nos banheiros.” (Professora Pré II manhã entrevista em 03/10/18).

*“A recreação na pracinha é boa, a quadra não é um espaço adequado.”
(Professora Pré II manhã entrevista em 03/10/18).*

“Organização dos espaços eles nem sempre são estruturados como deveriam.” (Professora Pré II tarde entrevista em 03/10/18).

A pracinha da escola foi recentemente reformada e hoje é um ambiente muito frequentado pelas crianças da pré-escola no qual eles interagem com crianças da mesma faixa etária, um local na escola com desafios para as crianças que provocam ricas descobertas, Horn (2004), nos fala que os ambientes precisam ser pensados para as crianças a partir de um olhar atento e sensível do educador.

O olhar de um educador atento é sensível a todos os elementos que estão postos em uma sala de aula. O modo como organizamos materiais e móveis, e a forma como crianças e adultos ocupam esse espaço e como interagem com ele são reveladores de uma concepção pedagógica. Aliás, o que sempre chamou minha atenção foi a pobreza frequentemente encontrada nas salas de aula, nos materiais, nas cores, nos aromas; enfim, em tudo que pode povoar o espaço onde cotidianamente as crianças estão e como poderiam desenvolver-se nele e por meio dele se fosse mais bem organizado e mais rico em desafios. (HORN, 2004, p. 15).

Outros elementos a serem observados são os banheiros que não são adaptados para as crianças pequenas, apenas a sala do Pré I possui banheiro na sala, e as demais turmas utilizam um banheiro “improvisado” para elas, tendo que irem sozinhas até o mesmo. As salas possuem um bom espaço e são arejadas, mas ainda possuem quadro negro muito do formato do ensino fundamental.

O bem-estar e a segurança das crianças precisam ser assegurados pela escola. A Escola conta com um guarda escolar que é concursado também, o mesmo pode faltar eventualmente o que acarreta deixar o portão sobre a responsabilidade da direção. No pátio as crianças não têm essa total segurança, por terem muitas lajotas quebradas, a quadra descoberta, pegando sol e chuva, e a praça com areia descoberta o que acaba deixando o ambiente com cheiro desagradável e muitas vezes impróprio para as crianças brincarem.

Uma parte importante da comunidade escolar são as famílias das crianças que frequentam a educação infantil na escola. Durante as entrevistas, as famílias foram colocadas muito como responsáveis no processo educativo e culpabilizadas em alguns sentidos por não “responder” as expectativas das professoras e da escola. Algumas falas sobre os desafios encontrados no manejo com essa parte tão importante da escola no quadro a seguir:

“Responsabilidade dos pais, não veem a obrigatoriedade por não ter retenção na EI, não comparecem.” (Professora Pré II manhã entrevista em 03/10/18).

“Desafio maior: as famílias que não olham as agendas, não cumprem os combinados diários de trazer toalhas, garrafa e agendas.” (Professora Pré I tarde entrevista em 03/10/18).

“é escola e exige compromisso.” (Professora Pré II tarde entrevista em 03/10/18).

“assiduidade, trazer materiais, entender os projetos e participar, não estão levando a sério que já é escola, gostaria que eles participassem dos sábados integradores como parte da escola. Quando chamado os pais sobre disciplina não levam a sério.” (Vice-diretora entrevista em 03/10/18).

Esta culpabilização demonstra o conceito que a escola vai constituindo em relação às famílias e do quanto este discurso tira do lugar de responsáveis os professores neste processo de envolver as famílias nas propostas da escola.

Albuquerque (2014), nos fala deste “conceito” de família que vemos muito enraizado na escola.

Outra questão que se destacou na pesquisa foi o conceito de família expresso pela escola, que muitas vezes é consequência da abordagem dos cursos de formação de professores, os quais não contemplam estudos da sociologia e antropologia da família. Os professores, em seus cursos de licenciatura, acabam por conhecer a criança enquanto aluno e/ou sujeito epistêmico, e não na sua complexidade enquanto sujeito histórico e social. Essa afirmação foi explicitada em diversos momentos da pesquisa, pelas conversas com diferentes sujeitos da escola, que denominavam as famílias das crianças com adjetivos como famílias desestruturadas, carentes, problemáticas (informação verbal). Conclui-se que, muitas vezes, as famílias das crianças não são

compreendidas na complexidade das relações sociais, culturais, econômicas e de afeto que as constituem. (p.622)

Sobre a importância da participação das famílias neste processo, trago o questionamento,

A família deve participar da gestão administrativa e pedagógica da creche e das pré-escolas? Como? Sim. É muito importante a participação ativa dos pais no cotidiano das instituições de Educação Infantil. Essa relação deve ser de parceria, de trocas, de corresponsabilidade no cuidar e educar das crianças, para que haja coerência nas ações entre eles e, dessa forma, a criança seja beneficiada. Deve-se envolver os pais na organização das instituições, nas decisões relativas à organização das propostas e do trabalho cotidiano, bem como, trazê-los para vivenciar o cotidiano da instituição. Para isso é preciso oferecer momentos de socialização e reflexão sobre o que é cuidar e educar, sobre as etapas do desenvolvimento humano, sobre a proposta pedagógica institucional, sobre a inclusão e a diversidade. É necessário, ainda, garantir comunicação clara com a família por meio de diferentes estratégias tais como murais, reuniões coletivas, entrevistas, agendas, comunicações orais e escritas. Investir no intercâmbio, trocas constantes, por meio de entrevistas, fichas de caracterização, anamnese, processo de acolhida, grupo de orientação aos pais. Deve-se lembrar que cada família tem expectativas, vivências e concepções diferentes em relação à educação e aos cuidados para com as crianças. (MEC, 2013, p.12)

A comunicação com estas famílias e o papel do professor de alfabetizá-los, no sentido de compreenderem as dimensões do trabalho com a educação infantil, correspondendo as suas expectativas quanto famílias, promovendo o acolhimento e o bem-estar de todos da comunidade escolar, são dimensões importantes que precisam ser reconhecidas nas propostas educativas planejadas no contexto escolar.

5.4 Alfabetização? Letramento? Qual é o compromisso da Educação Infantil?

A temática da Alfabetização na Educação Infantil historicamente envolveu polêmica. O histórico artigo de Emilia Ferreiro, que problematiza “Deve ou não deve se alfabetizar na pré-escola”, já evidenciava do quanto a cultura escrita pode e deve estar presente na educação infantil como forma de ampliar o

repertório das crianças não com um caráter de ensinar a ler e escrever, mas para oportunizar um mundo letrado no qual ela já nasce inserida.

Contemporaneamente, compreendemos que o letramento deve tomar parte fundamental no processo de aquisição da linguagem escrita e deve ocorrer em todos os espaços, escolares ou não. Trata-se de entender, portanto, que a criança necessita compreender, interpretar o mundo à sua volta, realizar leituras de imagens, de contextos, etc., desde muito cedo, já na Educação Infantil. Assim, as crianças podem ser letradas de várias maneiras, com músicas, contação de histórias, compreendendo diversos portadores de textos. (KAERCHER; 2015, p.101)

A autora nos fala que esse letramento ocorre de diferentes maneiras, com práticas do cotidiano da educação infantil o que nos aproxima desse alfabetizar, mas com o sentido de possibilitar ao aluno descobrir, interagir, conviver com estabelecendo relações. Desde muito cedo as crianças percebem o quanto estamos mergulhados no mundo letrado, ao olhar televisão, caminhar pela rua, observar os adultos conversando e a mesma não está à deriva neste contexto.

Na escola pesquisada, há cinco turmas de pré-escola, sendo denominadas de Pré I e II e com isso o trabalho que é desenvolvido com as crianças buscando uma continuidade, acerca disto uma das entrevistadas ressalta essa ideia das famílias sobre o letramento “os pais acreditam que colocando no Pré I, no final do Pré II a criança estaria lendo, uma dificuldade de todos os anos a cobrança pela alfabetização por parte das famílias.” (Professora Pré II manhã entrevista em 03/10/18).

Segundo Ferreiro (1993):

[...] não é obrigatório dar aulas de alfabetização na Pré-escola, porém é possível dar múltiplas oportunidades para ver a professora ler e escrever; para explorar semelhanças e diferenças entre textos escritos; para explorar o espaço gráfico e distinguir entre desenho e escrita; para perguntar e ser respondido; para tentar copiar ou construir uma escrita; para manifestar sua curiosidade em compreender essas marcas estranhas que os adultos põem nos mais diversos objetos (FERREIRO, 1993, p. 39).

Uma demanda trazida pelas famílias é da alfabetização, assunto recorrente nas reuniões na escola com os pais e um desafio importante para as

professoras posicionarem-se com suas concepções. Uma professora relatou na entrevista que no início acreditava que a pré-escola era para alfabetizar, ao menos preparar para *“aqui precisava seguir uma rotina de ensino fundamental, no começo seguiu muito uma linha de alfabetização por mais que soubesse que a pré-escola não seria isso, foi adaptando-se aos poucos, a escola e seus princípios pedagógicos.”* (Professora Pré I manhã entrevista em 03/10/18).

Penso que devemos fazer um contraponto entre duas práticas radicais que infelizmente ainda acontecem em turmas de Educação Infantil: a primeira prática está voltada para uma angústia por parte das professoras em obrigatoriamente alfabetizar as crianças, propondo um método tradicional de repetição das famílias silábicas, no qual se dá ênfase a um desenvolvimento mecânico de habilidades perceptuais e motoras. A segunda prática é uma espécie de letramento sem letras, com o qual se evitam as práticas de leitura e de escrita, privando a criança de participar do mundo letrado em geral, dando espaço apenas para atividades corporais, musicais e gráficas. Tentando propor novos olhares e interações interessantes entre as crianças e o mundo da leitura e da escrita, penso que podemos pensar as práticas de leitura a partir da contação de histórias. Uma proposta de trabalho de acordo com essa perspectiva acredita que a criança pode e deve vivenciar contatos com a leitura e a escrita, porém através de momentos propostos com jogos, brincadeiras, leituras da professora e outras atividades que promovam o contato com elementos textuais e o mundo letrado. (KAERCHER; 2015, p.102)

A autora nos diz dessa angústia das professoras por obrigatoriamente alfabetizar e isto fica evidente na resposta da entrevistada. O que a autora nos apresenta são outras possibilidades de alfabetizar as crianças com diferentes momentos na nossa prática que promovam práticas de leitura, interação com jogos e brincadeiras, contação de história, manuseio de diversos materiais portadores de texto e etc.

Segundo o Parecer do CNE/CEB nº 20/2009, as instituições de Educação Infantil devem:

- ♣ Assegurar a educação em sua integralidade, entendendo o cuidado como algo indissociável ao processo educativo;
- ♣ Combater o racismo e as discriminações de gênero, socioeconômicas, étnicoraciais e religiosas e torná-los objetos de constante reflexão e intervenção no cotidiano da Educação Infantil;
- ♣ Conhecer as culturas plurais que constituem o espaço da creche e da pré-escola, a riqueza das contribuições familiares e da comunidade, suas crenças e manifestações, e fortalecer formas de atendimento

articuladas aos saberes e às especificidades étnicas, lingüísticas, culturais e religiosas de cada comunidade;

- ♣ Executar a proposta curricular com atenção cuidadosa e exigente às possíveis formas de violação da dignidade da criança, e

- ♣ Atender ao direito da criança na sua integralidade por meio do cumprimento do dever do Estado com a garantia de uma experiência educativa com qualidade a todas as crianças na Educação Infantil. (p.9-12)

Este é o compromisso da Educação Infantil, possibilitar a construção de relações sociais, evidenciando as riquezas desta etapa da educação básica em sua totalidade. Apresentando as crianças diferentes visões de mundo para que ele faça relações e vivencie na escola elementos da vida em sociedade.

5.5 Gestão e seus desafios: QUAL O LUGAR DA CRIANÇA PEQUENA NA ESCOLA?

Uma última demanda que surgiu ao longo das entrevistas realizadas foi a necessidade de a escola ter uma supervisora para a educação infantil visto que atende cinco turmas desta etapa de ensino. Destacando que a Secretaria Municipal de Educação precisa remanejar profissionais que possuam formação para atuar com a educação infantil, conhecendo suas particularidades já que a educação infantil está presente nestes espaços de ensino fundamental.

Destaco a importância de que a coordenação e a gestão do trabalho pedagógico contribuem na formação, nos estudos e propostas coletivas com o objetivo de promover a integração de todos estes setores na escola, para que as diferentes etapas de ensino que a escola atende conheçam as especificidades e contribuam para um trabalho de qualidade no atendimento de todos que ali convivem, adultos e crianças.

As estratégias para dar conta da obrigatoriedade no município de Gravataí, foram: o convênio com escolas privadas e conveniadas já existentes no município; a redução da carga horária que as crianças passam na escola nas turmas de pré-escola, reduzindo para uma jornada de quatro horas e a aberturas de novas turmas de educação infantil em escolas de ensino fundamental que

tinham essa possibilidade no que se refere à infraestrutura, como é o caso do foco deste estudo.

Desta ampliação e abertura das turmas de EI na escola a vice-diretora relata brevemente como foi este processo gradual de abertura das turmas de pré-escola:

tínhamos mais duas salas, o número de vagas e a demanda de Gravataí, vimos que tínhamos as salas, inicialmente protelaram receber os de quatro e depois foi inevitável. A comunidade aceitou bem, os alunos que já estudaram aqui, os irmãos, já conhecem os professores e veem na Dani referência, garantíamos um horário diferente para recreio, entrada e saída, mas, preocupavam-se com a segurança, e a gestão foi transparente nisso colocando a realidade da escola. Garantia da sala mais próxima a equipe diretiva e a única sala que tem banheiro. Em vista a outras gestões melhoramos muito a escola. (entrevista em 03/10/18)

Todas as professoras entrevistadas destacaram que a gestão e demais profissionais da escola fazem um esforço coletivo para ter qualidade de oferta do ensino para todos os alunos atendidos da pré-escola ao nono ano do ensino fundamental. A gestora destacou que a educação infantil é recente nas escolas de ensino fundamental do município e que aos poucos é necessário constituir e qualificar estes espaços.

A fala de uma professora entrevistada expressa que: *“vemos o empenho da escola para comprar brinquedos, adaptar os espaços e investir na Educação Infantil”* (entrevista em 03/10/18).

Assim, é possível afirmar pelos relatos que há por parte da gestão um compromisso sério em cumprir com as metas estabelecidas durante a eleição para diretores e uma delas foi a de dar um olhar especial para a Educação Infantil da escola.

Desse modo, entendemos que são muitos os desafios, e especificamente na educação infantil, é necessário considerar que as questões relativas às instituições, sua gestão e a garantia de qualidade, são amplas e extrapolam o interesse de cada instituição, de cada cidade, de cada família e implicam na elaboração de um projeto coletivo de bem comum construído junto com a sociedade e sob responsabilidade do Estado, para todas as crianças. Ou seja, um projeto que efetivamente seja pensado e gestado na lógica da educação como direito de família e criança (CAMPOS, 2015)

O lugar da criança pequena na escola é um desafio para a gestão, desafio este enfrentado todos os dias nos quais se comprometem a buscar a promoção de ações para o desenvolvimento das crianças e todos os alunos no geral que passam pela escola todos os dias. Segundo as entrevistas, as famílias demonstram confiança no trabalho desenvolvido pela gestão da escola.

Para a comunidade escolar aquela instituição tem um valor significativo por pertencer ao bairro há anos e hoje pais que já foram alunos levam seus filhos para estudarem na mesma instituição, isto, mostra a quão afetiva é a essência da aprendizagem que passa por aqueles corredores todos os dias.

O ambiente físico destinado à Educação Infantil, precisa ser promotor de aventuras, descobertas, criatividade, desafios, aprendizagem e que facilite a interação criança–criança, criança–adulto e deles com o meio ambiente. O espaço lúdico infantil deve ser dinâmico, vivo, “brincável”, explorável, transformável e acessível para todos (BRASIL, 2006, p. 08).

Estas análises buscaram mapear os conceitos incorporados a esta escola que atende pré-escola e ensino fundamental e que promove esse ambiente propício a aprendizagens, buscando o acesso com qualidade para todos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS: obrigatoriedade como um direito de qualidade para as crianças e famílias.

Por todos esses aspectos apresentados ao longo deste estudo, é necessário destacar do quanto este processo de pesquisa foi árduo e construído gradativamente. Realizar as entrevistas e posteriormente as análises foi uma grande experiência, surgiram elementos em que não havia pensado quando formulei a questão de pesquisa e os dados coletados levaram-me a inúmeras reflexões instigantes.

No início da pesquisa, como escolha do tema, buscava descobrir como se dava essa implementação da lei da obrigatoriedade a partir de uma vivência muito pontual de um município, de uma escola, que buscou através da abertura

de turmas de pré-escola efetivar a lei da obrigatoriedade e universalizar o acesso das crianças de quatro e cinco anos.

O que se descobriu com o estudo foi do quanto o espaço da escola nos revela as concepções de educação, criança, família, alfabetização, letramento, currículo e sobretudo do quanto a etapa educação infantil quando inserida em outros espaços provoca estranhamento, promove o desacomodar-se e a problematização.

Contudo, sendo um tema recente a ser discutido no âmbito da educação, Flores e Silva (2015) nos falam do quanto já percebemos os efeitos da implementação da Lei da obrigatoriedade.

No que se refere à obrigatoriedade de matrícula universal das crianças de quatro e cinco anos na Pré-Escola, cujo prazo final previsto pela Emenda Constitucional 59/09 é o ano de 2016, podemos dizer que tal determinação legal está desde já a produzir seus efeitos. Afirmamos isso, considerando as dificuldades manifestas de algumas redes municipais para promoverem a necessária expansão de vagas de forma a atender à demanda existente. (FLORES; SILVA; 2015, p.180)

Estas dificuldades das quais as autoras pontuam surgiram nas entrevistas como o espaço, a especificidade da educação infantil como algo não evidente e importante para a comunidade escolar. O direito da criança de frequentar essa escola, ter acesso a uma educação de qualidade pautada pelas concepções pedagógicas de acordo com roa legislação vigente, e o direito das famílias.

A culpabilização das famílias configurou-se como outro tópico recorrente nos dados obtidos, sendo possível refletir qual o papel do professor nesta fala de responsabilizar as famílias e a problematização em relação a concepção de alfabetização na pré-escola.

Em vista dos argumentos apresentados fica evidente as rupturas e continuidades que acontecem na escola. Essa qualidade no ensino como um compromisso a ser cumprido pela gestão para que não se percam as especificidades das diferentes etapas de ensino que a escola atende compreendo a necessidade de significar todas elas.

Neste sentido, não se pode generalizar todas as escolas que atendem turmas de pré-escola no município. Visto na pesquisa que são, em sua grande maioria, escolas que antes eram exclusivamente de ensino fundamental mantidas pelo município que se encontram em diferentes contextos e cada escola procura se organizar dentro das suas especificidades. A formação e trajetória dos professores que trabalham com essas turmas expressam suas concepções de educação infantil, ou seja, estes resultados passam por marcas enraizadas muito próprias da experiência profissional e individual dos professores.

O estudo revelou ainda do quanto a escola precisa adaptar-se a novas realidades a todo instante, criando possibilidades e alternativas para que todos se sintam acolhidos fazendo parte efetivamente daquele contexto. Destaco a importância das famílias participarem junto à escola, pois, é evidente que este vínculo precisa ser estabelecido para que conheçam a proposta educativa, e reconheçam as especificidades da Educação Infantil, bem como um trabalho coletivo entre a equipe diretiva, professores e funcionários em prol do reconhecimento dos direitos das crianças a uma educação infantil de qualidade seja efetivado com prioridade.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Simone Santos. A participação das famílias como uma política educativa. **Revista Educação**, Santa Maria, v. 39, n. 31, p. 617-628, set./dez. 2014.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar** / Marli Eliza Dalmazo Afonso de André – Campinas, SP: Papirus, 1995. (Série Prática Pedagógica).

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL, **Parâmetros básicos de infraestrutura para instituições de educação infantil**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC SEB, 2006.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. (Org.). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Práticas Cotidianas na Educação Infantil: Bases para a Reflexão sobre as Orientações Curriculares**. Brasília (DF): MEC/UFRGS, 2009.

BARBOSA, Maria Carmen; CAMPOS, Rosânia. **A obrigatoriedade da pré-escola em tempos de terceira via**. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO. 38º Reunião Nacional, 2017, São Luís. **Anais eletrônicos...**São Luís: UFMA, 2017. Disponível em: <http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38anped_2017_GT07_1114.pdf> Acesso em: ago. 2018.

BARBOSA, Maria Carmen; CAMPOS, Rosânia. **Obrigatoriedade de matrícula aos quatro anos: ampliação ou recuo do direito?** **Revista Textura**. Canoas, v. 18, n. 36, Jan./abr. 2016. Disponível em: <<http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/1627/1454>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2001.

BRASIL. Lei nº 11.700, de 13 de junho de 2008. **Acrescenta inciso X ao caput do art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir dos 4 (quatro) anos de idade**. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jun. 2008a.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil/Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Básica – Brasília. DF, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfparqualvol1.pdf>> Acesso em novembro de 2018.

Brasil. Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Infantil. **DÚVIDAS MAIS FREQUENTES SOBRE EDUCAÇÃO INFANTIL**. Janeiro de 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8169-duvidas-mais-frequentes-relacao-educacao-infantil-pdf&Itemid=30192> Acesso em novembro de 2018.

Cartilha TC educa: sistema de monitoramento dos planos de educação / Associação dos membros dos Tribunais de Contas do Brasil e Instituto Rui Barbosa – Porto Alegre, 2017.

CAMPOS, Rosânia. **As indicações dos organismos internacionais para as políticas nacionais de educação infantil: do direito à focalização**. *Educ. Pesqui.* [online]. 2013, vol.39, n.1, p.195-209. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022013000100013&lng=pt&nrm=isso> Acesso em: ago. 2018.

CAMPOS, Rosânia. **As políticas de expansão da educação infantil a partir da Lei Nº 12.796/13: análise das propostas para crianças de 0 a 3 anos**. Relatório de pesquisa [Pós-doutoramento] UFRGS, 2015.

DESLAURIERS, Jean-Pierre. (1991). **Recherche qualitative- Guide pratique**. Montreal: McGraw-Hill.

DUARTE, C. S. **A educação como um direito fundamental de natureza social**. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100, p. 691-713, out. 2007.

ENGEL; SILVEIRA; Tatiana Engel Gerhard. Denise Tolfo Silveira. **Métodos de pesquisa** / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira ; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

FERREIRO, Emília. **A psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1993.

FLORES, Maria Luiza Rodrigues; ALBUQUERQUE, Simone Santos de. **Direito à educação infantil no contexto da obrigatoriedade de matrícula escolar na pré-escola**. *Revista Textura (ULBRA)*, v. V.18, p. 87-110, jan./abr. 2016. Disponível em: <<http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/1726>>.

FLORES, Maria Luiza Rodrigues. **Direito à Creche e à Pré-escola na Vigência do Plano Nacional de Educação – Lei Federal Nº. 13.005/2014**. Criança e Adolescente – Revista Digital Multidisciplinar do Ministério Público do Rio Grande do Sul. v. 1, n. 10 (2015). Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/einaroda/wp-content/uploads/2016/11/direitoacrecheeapreescola.pdf>>.

FLORES; Maria Luiza Rodrigues; SILVA; Maria Beatriz Gomes da. **ARTICULAÇÕES E TENSÕES ENTRE A EDUCAÇÃO INFANTIL E O ENSINO FUNDAMENTAL: ANÁLISES A PARTIR DO CONTEXTO RECENTE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS**. In: ALBUQUERQUE, Simone Santos de; FLORES, Maria Luiza Rodrigues. (Orgs.). **Implementação do Proinfância no Rio Grande do Sul: perspectivas políticas e pedagógicas**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2015, p. 101-110. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/126959>>. Acessado em: 20/11/2018.

Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2010. Insumos para o debate 2 – **Emenda Constitucional n.º 59/2009** e a educação infantil: impactos e perspectivas. – São Paulo.

_____. Constituição (1988). **Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009**. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. Diário Oficial da União, Brasília, 11 nov. 2009a.

_____. **Lei Nº. 12.796, de 4 de abril de 2013**. Altera a Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 5 abr. 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/12796.htm>. Acesso em: ago. 2018.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 05, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil. Diário Oficial da União, Brasília, 18 dez. 2009b.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 20, de 11 de novembro de 2009**. Revisão das Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil. Diário Oficial da União, Brasília, 9 dez. 2009f.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Coordenação Geral de Educação Infantil**. Revisão das diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. Brasília: MEC, 26 nov. 2009g. (Ofício convite).

_____. Ministério da Educação. Projeto de Lei nº 8.035. **Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020, e dá outras providências**. Brasília: Congresso Nacional, 2010a.

HORN, M. G. S. **Sabores, cores, sons, aromas**. A organização dos espaços na Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 2004.

HORN, Maria da Graça Souza; GOBBATO, Carolina. **Percorrendo trajetos e vivendo diferentes espaços com crianças pequenas**. In: ALBUQUERQUE, Simone Santos de; FLORES, Maria Luiza Rodrigues. (Orgs.). Implementação do Proinfância no Rio Grande do Sul: perspectivas políticas e pedagógicas. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2015, p. 69-84. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/126959>>. Acessado em: 06/11/2018.

KAERCHER, Gládis Elise da Silva. **As linguagens, a formação do leitor e a ação pedagógica cotidiana na Educação Infantil: apontamentos**. In: ALBUQUERQUE, Simone Santos de; FLORES, Maria Luiza Rodrigues. (Orgs.). **Implementação do Proinfância no Rio Grande do Sul: perspectivas políticas e pedagógicas**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2015, p. 101-110. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/126959>>. Acessado em: 20/11/2018.

Kramer, S. (2006). **A crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e é fundamental**. *Educação & Sociedade*, 27(96), especial, 797-818. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n96/a09v2796>> Acesso em: ago. 2018.

LAVAL, Christian. **A escola não é empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Tradução de Maria Luiza M e Carvalho e Silva. Londrina: Planta, 2004.

LIRA, Aliandra Cristina Mesomo; SAPELLI, Marlene Lucia Siebert; DREWINSKI, Jane Maria de Abreu. **Educação Infantil para crianças de quatro e cinco anos: entre a obrigatoriedade, o direito e a imposição**. *Imagens da Educação*. Maceió, v. 6, n.2, p. 84-97. mai./ago. 2016. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/ImagensEduc/article/view/27947/pdf>>. Acesso em: ago. 2018.

Campos, Maria Malta, Yara Lúcia Esposito, Eliana Bhering, Nelson Gimenes e Beatriz Abuchaim. **A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO EM SEIS CAPITAIS BRASILEIRAS**. V.41 N.142 JAN./ABR. 2011 CADERNOS DE PESQUISA. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v41n142/v41n142a03.pdf>> Acesso em: nov. 2018.

NUNES, M. F.; CORSINO, P.; DIDONET, V. **Educação infantil no Brasil: primeira etapa da educação básica**. Brasília, DF: Unesco/ Ministério da Educação/Fundação Orsa, 2011.

NUNES, Maria Fernanda Rezende; BARROS, Camila dos Anjos; SANTOS, Edson Cordeiro dos. Pré-escola, obrigatoriedade e planos de educação no Rio de Janeiro. **Revista Contemporânea de Educação**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p. 303-322, mai./ago. 2017. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/3678/pdf>>. Acesso em: ago. 2018.

PETITAT, André. **Produção da escola/produção da sociedade**: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no Ocidente. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

ROCHA, Eloísa Acires Candal. **A pesquisa em educação infantil: trajetória recente de consolidação de uma pedagogia da educação infantil**. Florianópolis: UFSC. Centro de Ciências da Educação, Núcleo de Publicações, 1999.

SCHRARM, W. (1971, December). **Notes on case studies of instructional media projects**. Working paper for the Academy for Educational Development, Washington, DC.



VIEIRA, Livia F. Políticas de educação infantil no Brasil no século XX. In: SOUZA, Gizele de (Org.). **Educar na infância**: perspectivas histórico-sociais. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2010a. p. 140-153.

VIEIRA, L. M. F. Obrigatoriedade escolar na educação infantil. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 9, p. 245-262, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/viewFile/9/173>> Acesso em: ago. 2018.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos** / Robert K. Yin ; tradução Ana Thorell ; revisão técnica Cláudio Damacena. – 4. Ed. – Porto Alegre : Brookman, 2010. 248 p.

ZABALZA, Miguel Antônio. In: ZABALZA, Miguel Antônio (Org.). **Qualidade em educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 1998, p. 49-55.

APÊNDICE A – Termo de consentimento para entrevista (Professoras)

 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	FACULDADE DE EDUCAÇÃO	
	CURSO DE LICENCIATURA EM	
	PEDAGOGIA	

Eu, _____, estou sendo convidado(a) a participar de uma investigação que tem por objetivo compreender a Obrigatoriedade da pré-escola: contextualizando uma das estratégias adotadas pelo município de Gravataí – RS para promover a universalização da Educação Infantil. Este estudo irá produzir os dados para a elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Sei que minha participação neste momento será dar uma entrevista sobre como é atuar como professora de educação infantil neste espaço de ensino fundamental, a obrigatoriedade da pré-escola e as especificidades desta etapa de ensino, além de mim, a Vice-Diretora da Escola e as demais professoras da Educação Infantil iram participar da pesquisa. Fui informado/a de tenho a liberdade de desistir ou de interromper minha colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de explicar porque, a desistência não causará nenhum prejuízo a mim.

Fui informado/a de que os resultados obtidos na pesquisa serão apresentados em relatório, não associando as informações fornecidas ao meu nome. Fui esclarecido/a de que a entrevista será gravada para facilitar o registro das informações e que apenas os pesquisadores desta pesquisa terão acesso à gravação. Fui informado/a de que a gravação de minha entrevista e as anotações sobre ela ficarão, como todo material produzido na pesquisa, sob a responsabilidade da orientadora do estudo e será utilizado apenas nesta pesquisa.

Sei que minha participação é livre, voluntária e espontânea. Declaro que obtive todas as informações necessárias, bem como todos os esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentadas.

Fui informado/a de que a qualquer momento posso ter esclarecidas as dúvidas que surgirem.

Concordo participar da pesquisa.

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

Profa Dra. Simone Albuquerque (FACED/UFRGS)

Orientadora de pesquisa

Agradecemos a colaboração e coloco-me à disposição para esclarecimentos referentes à pesquisa pelo telefone (51) 983344040 (Simone) (51) 997543899 (Suzeti)

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista (Professoras)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

ENTREVISTA REALIZADA POR: Suzeti Silva Dornelles Schröder, orientanda de TCC. **ORIENTADORA:** Professora Dra. Simone Santos de Albuquerque.

**ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS PROFESSORAS DE EDUCAÇÃO
INFANTIL DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL
BÁRBARA MAIX – GRAVATAÍ-RS**

Nome:

Idade:

1. Me conta sobre a tua trajetória como professora.
2. Da tua trajetória na Educação Infantil o que destacas sobre as especificidades do trabalho com as crianças desta etapa de ensino?
3. Como tu sabes em 2009 foi aprovada a EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 59, DE 11 DE NOVEMBRO que altera artigo da LDB, no que se refere a obrigatoriedade da pré-escola, estabelecendo o prazo que até o ano de 2016 100% das crianças de 4 e 5 anos deveriam estar matriculadas na educação infantil. Qual a tua avaliação desta lei em relação a educação das crianças da EI?
4. Me conta sobre a tua experiência aqui na EMEF Bárbara Maix, como tem sido atuar com as crianças da Educação Infantil em um espaço de Ensino Fundamental?

5. Quais os principais desafios que tens encontrado? (espaço, materiais, crianças, famílias, rotina e organização da escola)

6. Gostaria de dizer mais alguma questão sobre esta temática?!

APÊNDICE C – Termo de consentimento para entrevista (Vice-diretora)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM
PEDAGOGIA**



Eu, _____, estou sendo convidado(a) a participar de uma investigação que tem por objetivo compreender a Obrigatoriedade da pré-escola: contextualizando uma das estratégias adotadas pelo município de Gravataí – RS para promover a universalização da Educação Infantil. Os dados produzidos no âmbito deste estudo irão subsidiar a elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da acadêmica do Curso de Pedagogia Suzeti Dornelles.

Sei que minha participação neste momento será dar uma entrevista sobre a temática da obrigatoriedade da pré-escola a partir da gestão de uma Escola pública que acolhe a educação infantil num espaço planejado inicialmente para as crianças do ensino fundamental. Além de mim, as professoras da Educação Infantil da escola também irão participar da pesquisa.

Fui informado/a de tenho a liberdade de desistir ou de interromper minha colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de explicar porque, a desistência não causará nenhum prejuízo a mim.

Fui informado/a de que os resultados obtidos na pesquisa serão apresentados em relatório, não associando as informações fornecidas ao meu nome. Fui esclarecido/a de que a entrevista será gravada para facilitar o registro das informações e que apenas as pesquisadoras deste estudo terão acesso à gravação. Fui informado/a de que a gravação de minha entrevista, as anotações sobre ela, assim como todo material produzido na pesquisa, ficarão sob a responsabilidade da orientadora do estudo e será utilizado produção de relatório e artigos científicos.

Sei que minha participação é livre, voluntária e espontânea. Declaro que obtive todas as informações necessárias, bem como todos os esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentadas.

Fui informado/a de que a qualquer momento posso ter esclarecidas as dúvidas que surgirem.

Concordo participar da pesquisa.

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

Profa Dra. Simone Albuquerque (FACED/UFRGS)
Orientadora de pesquisa

Agradecemos a colaboração e coloco-me à disposição para esclarecimentos referentes à pesquisa pelo telefone (51) 983344040 (Simone) (51) 997543899 (Suzeti)

APÊNDICE D – Roteiro de entrevista (Vice-diretora)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

ENTREVISTA REALIZADA POR: Suzeti Silva Dornelles Schröder, orientanda de TCC. **ORIENTADORA:** Professora Dra. Simone Santos de Albuquerque.

**ROTEIRO DE ENTREVISTA COM UM MEMBRO DA EQUIPE DIRETIVA DA
ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL BÁRBARA MAIX –
GRAVATAÍ-RS**

Nome:

Idade:

1. Me conta sobre a tua trajetória como professora e na gestão desta escola.
2. Da tua trajetória nesta escola o que destacas sobre as especificidades do trabalho com as crianças da educação infantil?
3. Como tu sabes em 2009 foi aprovada a EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 59, DE 11 DE NOVEMBRO que altera artigo da LDB, no que se refere à obrigatoriedade da pré-escola, estabelecendo o prazo que até o ano de 2016 100% das crianças de 4 e 5 anos deveriam estar matriculadas na educação infantil. Qual a tua avaliação desta lei em relação à educação das crianças da EI?
4. Me conta sobre a tua experiência aqui na EMEF Bárbara Maix, como tem sido na perspectiva da gestão da escola acolher as crianças da Educação Infantil em um espaço de Ensino Fundamental?

5. Quais os principais desafios que tens encontrado? (espaço, materiais, crianças, famílias, rotina e organização da escola)
6. Gostaria de dizer mais alguma questão sobre esta temática?!